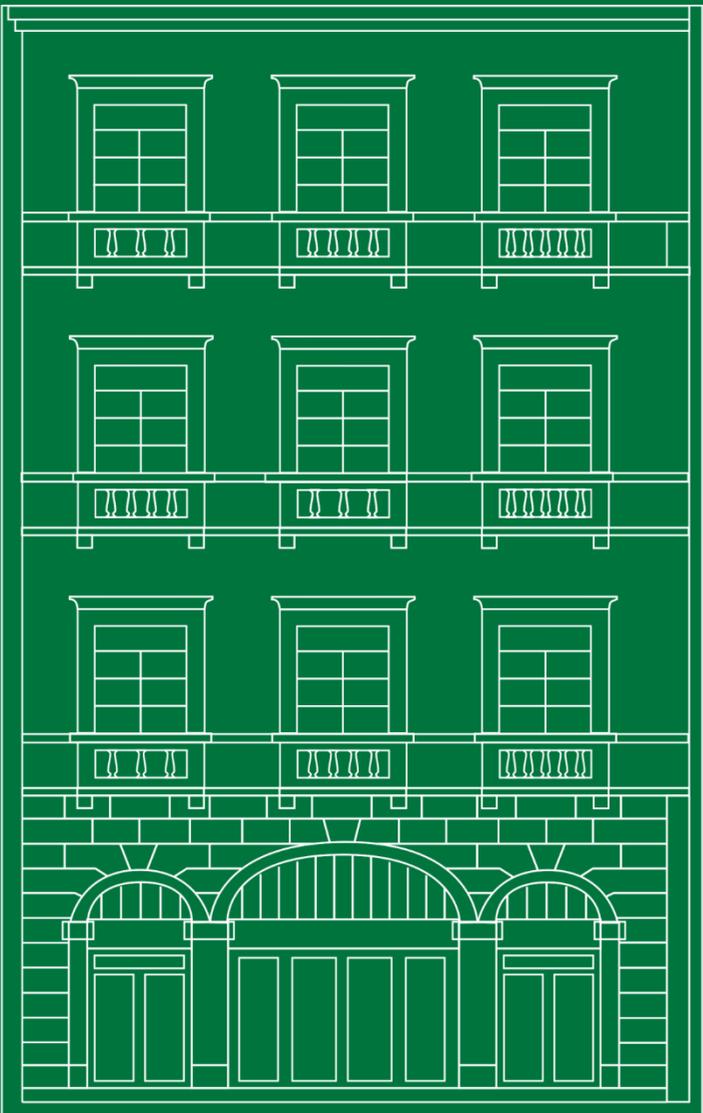


Atividades 2018

ibm

instituto brasileiro de
administração municipal



meio ambiente
assistência social
transparência
concurso público
finanças

ods
educação
direitos
sustentabilidade
políticas públicas

trabalho
plano diretor
parcerias
carreiras
tributos

saúde



Relatório de Atividades | 2018

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
2019

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Rua Buenos Aires, 19 – Centro
20070-021 – Rio de Janeiro – RJ
Tel. (21) 2142-9797 – Fax (21) 2537-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br - Web: www.ibam.org.br

Ficha Catalográfica

Catálogo na fonte pela Biblioteca do IBAM

Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Relatório de Atividades 2018. Rio de Janeiro, 2019

116p.

1. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – relatório, 2018.

CDD 352.06

Superintendente Geral

Paulo Timm

Conselho de Administração

Edson de Oliveira Nunes (presidente)

Edgar Flexa Ribeiro

Edvaldo Pereira de Brito

João Pessoa de Albuquerque

Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva

Maria Terezinha Tourinho Saraiva

Mayr Godoy

Paulo Alcântara Gomes

Tito Bruno Bandeira Ryff

Conselho Fiscal

Heitor Chagas de Oliveira

Paulo Reis Vieira

Raymundo Tarcísio Delgado

Roberto Guimarães Boclin

Assembleia Geral do IBAM

Adolfo Martins de Oliveira, Anna Maria Medeiros Peliano, Antônio Batista da Silva Junior, Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Edgar Flexa Ribeiro, Edson de Oliveira Nunes, Eduardo Sales Novaes, Edvaldo Pereira de Brito, Emilio Lèbre La Rovere, Heitor C. Chagas de Oliveira, Ives Gandra da Silva Martins, João Pessoa de Albuquerque, Jorge Khoury, José Maria Almeida Martins Dias, Leyla Maria Felix do Nascimento, Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva, Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Mario Alves de Melo, Marlene Alan Fernandes, Mayr Godoy, Moacyr Barros Bastos, Nelson Manoel de Mello e Souza, Paulo Alcântara Gomes, Paulo César Martinez y Alonso, Paulo Rabello de Castro, Paulo Reis Vieira, Paulo Roberto de Mendonça Motta, Pedro Wilson Leitão Filho, Raymundo Tarcísio Delgado, Roberto Guimarães Boclin, Sergio Ferraz Magalhães, Sonia Rabello, Stélio Emanuel de A. Roxo, Teresa Costa d'Amaral, Tito Bruno Bandeira Ryff, Wagner Siqueira

“Campo de atuação contemporânea, as parcerias público-privadas foram aplicadas à gestão de Unidades de Conservação (UCs) federais. As concessões de serviços são alternativas utilizadas em diversos países para atrair investimentos adicionais e ampliar a sensibilização sobre a importância da conservação”

APRESENTAÇÃO

Em continuidade à visão que se estabelece como predominante nos últimos anos, este relatório enfatiza os produtos e as áreas temáticas a que o Instituto se dedica, destacando em menor escala a estrutura administrativa na qual opera.

Isto porque, seguindo a tendência contemporânea, observa-se que as estruturas organizacionais são cada vez mais fluidas e flexíveis, com a valorização de processos de trabalho e da interação e intercâmbio entre as equipes, ao mesmo tempo especializadas e multidisciplinares.

Em termos de contexto, o ano foi marcado no Brasil pela efervescência na política partidária, resultando em dificuldades na Administração Pública, comprometendo o seu processo decisório. Para o IBAM tal instabilidade provocou necessidade de esforço maior do que usual para a obtenção de contratos, início de novos projetos e delineamento de tendências de médio/longo prazo.

Como política a médio e longo prazo, investiu-se, junto ao MEC, para o credenciamento de uma Instituição de Ensino Superior - IES – tendo o IBAM como mantenedora. As várias etapas do processo vêm sendo cumpridas satisfatoriamente e espera-se, para o decorrer do ano de 2019, o desfecho favorável de tal esforço.

Vertente de atuação importante e desafiadora para o Instituto, foi o engajamento na realização de cursos de pós-graduação, basicamente sobre temas contemporâneos relacionados à gestão, presenciais e a distância, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

Ainda em relação ao segmento ensino e capacitação, foi desenvolvido o Programa de Capacitação para os níveis operacional, gerencial e estratégico da Prefeitura Municipal de Niterói no âmbito do programa PRODUIIS. Esta foi importante experiência de atendimento a cliente corporativo que cria conhecimento e capacidade de negociação para futuras incursões de formação de parcerias com escolas de governo.

No campo do planejamento urbano e da gestão territorial, realizaram-se planos diretores, em nível municipal e metropolitano, e planos de saneamento, abrangendo praticamente todas as regiões do país. Neles se destacou a inclusão das áreas rurais dos Municípios às discussões da gestão territorial, tornando-as mais sistêmicas. Também temas da agenda internacional e objeto de acordos firmados pelo Brasil em conferências mundiais, como os ODS (objetivos do desenvolvimento sustentável) e as mudanças climáticas estão na pauta de elaboração de tais planos.

Quanto aos direitos, abriu-se a perspectiva de trabalho com idosos e crianças, o que é muito relevante para consubstanciar as ações de filantropia, de importância estratégica para o IBAM. Ênfase especial se deve dar ao trabalho com os conselhos que orientam as políticas sociais e o corte geracional como foco metodológico para futuros projetos.

A realização de concursos públicos – na sede e nas representações de São Paulo e Santa Catarina – são atividades pujantes e perenes no âmbito da temática de organização e gestão no IBAM e foram relevantes fontes de receita para a organização.

Projetos voltados para a formulação de instrumentos indispensáveis à estruturação administrativa e jurídica do governo local constituem o arcabouço de desenvolvimento institucional para o funcionamento seguro dessa esfera. São realizados regularmente pelo Instituto e têm crescimento constante de demanda. Nesse conjunto se inclui a implantação do sistema de nota fiscal eletrônica, importante segmento da atuação do IBAM, uma vez que os projetos contribuem para a melhoria das receitas próprias dos governos municipais.

O trabalho na área jurídica, consolidado no atendimento às dúvidas e demandas específicas dos governos locais, tem fortalecido a atuação junto ao Poder Legislativo. A Consultoria Jurídica é área que funciona como porta de entrada privilegiada de informações acerca das necessidades das administrações municipais.

Campo de atuação contemporânea, as parcerias público-privadas foram aplicadas à gestão de Unidades de Conservação (UCs) federais. As concessões de serviços são alternativas utilizadas

em diversos países para atrair investimentos adicionais e ampliar a sensibilização sobre a importância da conservação.

Para o ano que se inicia, são perspectivas relevantes as providências necessárias à IES, como a melhoria da infraestrutura tecnológica, ampliação das instalações físicas, ampliação do quadro de pessoal na área de ensino e pesquisa com ênfase no mix geracional de tais equipes, com atenta observação para os profissionais *mid career*.

Como meta requerida por todos os segmentos do Instituto para dar-lhe melhores condições de competitividade, estão as melhorias abrangentes na área de TI (equipamentos, *softwares*, especialistas, parcerias, terceirização de segmentos específicos, concepção de produtos para oferta aos Municípios, entre outros) e de consolidação de programa de comunicação com valorização das mídias sociais atuais.

A transversalização da abordagem de direitos em todos os projetos temáticos que o Instituto desenvolve é ponto pacífico e de permanente monitoramento.

Ler o Relatório 2018 será abrir os olhos para o futuro do Instituto. Que nossos leitores sejam nossos parceiros e incentivadores.

Paulo Timm
Superintendente Geral

“O Laboratório de Administração Municipal, registrou 39.544 visualizações e downloads de arquivos, sendo 38.788 pareceres, 86 estudos, 404 modelos e 188 artigos da Revista de Administração Municipal”

Sumário

AÇÕES PELO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO: ASSOCIAÇÃO E COOPERAÇÃO	14
ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARCERIAS	28
PARTILHANDO CONHECIMENTO	42
ENSINO	58
ASSESSORIA TÉCNICA	74
GOVERNANÇA, INSTRUMENTOS DE GESTÃO E CONTROLE DE GASTOS	75
CONCURSOS PÚBLICOS	86
MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	91
PLANO DIRETOR	100
DIREITOS HUMANOS	106
UM OLHAR INTRAORGANIZACIONAL	112
RUMO À EXCELÊNCIA AMBIENTAL	113
BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	115

“A Lei nº 4.320, de 17/03/1964, possui enorme importância para a Administração Pública, que a utiliza e deve observar a todo momento, haja vista que trata do Direito Financeiro, tema que afeta o dia a dia das repartições no que se refere ao ingresso e à saída de recursos”



AÇÕES PELO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO: Associação e Cooperação

“As ações de assessoramento técnico a distância visam ao fortalecimento e à qualificação das instâncias governamentais em escala nacional e, neste contexto, o desafio é alcançar áreas remotas, com dificuldade de acesso à informação, a fim de orientar e indicar ações que promovam a eficiência máxima na prestação dos serviços públicos às comunidades”

AÇÕES PELO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO: ASSOCIAÇÃO E COOPERAÇÃO

A atuação do Instituto como gerador, distribuidor e articulador de conhecimento sobre gestão governamental o coloca em posição destacada entre as organizações similares que atuam no país.

As ações de assessoramento técnico a distância visam ao fortalecimento e à qualificação das instâncias governamentais em escala nacional e, neste contexto, o desafio é alcançar áreas remotas, com dificuldade de acesso à informação, a fim de orientar e indicar ações que promovam a eficiência máxima na prestação dos serviços públicos às comunidades.

A responsabilidade por tais atribuições se concentra na Consultoria Jurídica e no Centro de Estudos Interdisciplinares em Finanças Públicas, que elaboram pareceres, estudos, artigos e modelos disponíveis para consulta no Laboratório de Administração Municipal, banco de dados hospedado no portal do IBAM na internet, além de prestarem informações na modalidade de atendimento direto por telefone e de forma presencial.





Os pareceres tiram dúvidas e orientam servidores de Prefeituras, Câmaras e Autarquias com base na melhor doutrina e jurisprudência; o atendimento telefônico responde questões que demandam esclarecimentos imediatos e que, quando necessário, são acompanhados de indicações de leitura de pareceres, estudos e artigos, assim como da legislação pertinente e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Em 2018 foram emitidos 3.842 pareceres jurídicos e contábeis, isto é, quase 320 pareceres por mês; 75% foram elaborados a pedido de Câmaras Municipais; 23% por solicitação de Prefeituras e 2% por demanda de outras entidades.

O atendimento presencial aos associados ao Instituto, além de excelente oportunidade para estreitar as relações com os gestores municipais, é uma forma de fazê-los conhecer de perto nossa equipe e a diversidade de trabalhos realizados. Presta-se, portanto, não apenas à elucidação de dúvidas, mas principalmente ao exame e à construção conjunta de soluções para os problemas apresentados.



O ano de 2018 inaugura a atuação da Consultoria Jurídica, representando o IBAM na qualidade de *amicus curiae*¹ e na defesa de suas posições consolidadas, quando do controle concentrado de constitucionalidade de leis municipais perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

¹ O termo latino *amicus curiae* significa "amigo da corte" e possibilita o ingresso de terceiro no processo com o objetivo de fornecer subsídios ao órgão jurisdicional para o julgamento da causa. O *amicus curiae* pode ser pessoa natural ou jurídica, ou mesmo órgão ou entidade sem personalidade jurídica



A Consultoria Jurídica se faz presente, ainda, em diferentes projetos desenvolvidos pelas várias áreas temáticas do Instituto e participa de eventos nos quais, em geral, apresenta intervenções de cunho técnico diversificado.

O LAM – Laboratório de Administração Municipal registrou 39.544 visualizações e *downloads* de arquivos, sendo 38.788 pareceres, 86 estudos, 404 modelos e 188 artigos da Revista de Administração Municipal, dados que revelam, em comparação ao ano anterior, que teve 33.449 visualizações e *downloads*, um aumento significativo de acessos aos trabalhos disponibilizados pelo Instituto.

A seguir são destacadas as ementas de alguns pareceres jurídicos elaborados em 2018, evidenciando temas que provocaram mais interesse.



Ação Municipal. Restaurante popular. Restrição aos cidadãos de baixa renda. Considerações.

Agente Político. Vereador. Obrigatoriedade de contribuição ao INSS. Para que esta fique limitada ao teto, deve apresentar declarações às fontes pagadoras, sob as penas da lei. Retenção ISSQN. Simples Nacional. Considerações

Ato Oficial. Fundos municipais e aplicação da Lei nº 13.019/2014 (MROSC). Considerações.

Autarquia, Empresa Pública, Fundações e Sociedade de Economia Mista. Terceirização na atividade fim. Lei nº 13.429/2017(Reforma Trabalhista). Tese fixada no julgamento da ADI nº 324 e do RE nº 958.252. Repercussão no âmbito da Administração Pública. Impossibilidade de contratação de mão de obra à luz da obrigatoriedade do concurso público (art. 37, II, da Constituição Federal). Considerações.

Competência Legislativa Municipal. Direito civil, direito urbanístico, direito ambiental e abuso de direito. Considerações.

Constituição e Emendas Constitucionais. Servidor Público. Designação de genro do Prefeito como substituto para exercício de cargo em comissão. Inviabilidade. Município de pequeno porte que conta com apenas um cargo de procurador jurídico na estrutura da Prefeitura, de livre nomeação e exoneração. Obrigatoriedade de exercício de funções rotineiras típicas da advocacia pública por titular de cargo efetivo nomeado após concurso público. Comentários.

Convênios e contratos. Licitação para celebração de contrato de fornecimento de combustível. Habilitação. Qualificação técnica. Licença de Operação da ANP. Necessidade. Considerações.

Concurso Público. Direito subjetivo do candidato à posse. Prazo decadencial para impetração do mandado de segurança. Considerações.

Convênios / Contratos. Prestação de serviços complementares no âmbito do SUS. Contratualização e subvenção social.

Eleição. Vedações em ano eleitoral. Circunscrição do pleito.

Finanças Municipais. Cobrança de débitos decorrentes de decisão condenatória do Tribunal de Contas do Estado. Competência do município para ajuizar ação de execução. Considerações.

Garantias Constitucionais. Pedido de cópia de contrato de compra e venda de imóvel entre particulares. Direito de acesso à informação (art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal). Lei de acesso à informação e sigilo (Lei nº 12.527/2011). Considerações.

Função Fiscalizadora da Câmara Municipal. Juizados Especiais da Fazenda Pública. Não instalação de órgão jurisdicional na Comarca. Competência da Vara Comum e observância do procedimento previsto na Lei nº. 12.153/2009 (sistema dos juizados especiais e aplicação subsidiária da Lei nº. 9.099/1995). Desnecessidade de recolhimento de custas nas demandas de competência dos Juizados Especiais. Período de instalação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e realização de audiência pública. Audiência Pública. Participação da OAB.

Licitação. Art. 84, IV da Constituição. Art. 120 da Lei nº. 8.666/1993 e aplicabilidade aos municípios do Decreto Federal nº. 9.412/2018.

Organização Administrativa. Transporte escolar. Exigência da presença de acompanhante cadastrado para acompanhar crianças de até nove anos de idade. Análise das competências do DETRAN. Considerações.

Patrimônio Municipal. Lei Federal nº 13.465/2017 e desdobramentos. Regularização fundiária urbana (Reurb) e legitimação fundiária. Distinções.

Poder Executivo. Morte de Prefeito e Vice-Prefeito. Dupla vacância. Presidente da Casa Legislativa assume a chefia do Poder Executivo. Considerações sobre o tema.

Poder Judiciário. Controle concentrado de inconstitucionalidade (art. 125, § 2º, da Constituição Federal). Declaração de inconstitucionalidade de lei que criou cargos comissionados. Interposição de embargos de declaração para manifestação acerca da modulação dos efeitos. Considerações.

Poder Legislativo. Construção da sede. Contratação de assessoria e consultoria em arquitetura e engenharia. Licitação na modalidade pregão. Registro no CREA e CAU e eventual aditamento. Considerações.

Política Urbana. Parcelamento do Solo. Projeto de lei alterador. Ato de liberação de caução por decreto. Impropriedade. Ato vinculado e não discricionário.

Previdência. Acumulação de auxílio-doença com aposentadoria em regimes diversos. Comentários.

Processo Legislativo. Desburocratização e simplificação dos procedimentos administrativos (Lei nº 13.726/2018). Regulamentação em âmbito municipal. Considerações.

Responsabilidade Civil. Acidente automobilístico envolvendo veículo oficial do Estado. Transporte de pacientes. Responsabilidade objetiva. Possíveis excludentes. Comentários.

Serviços Públicos. Serviço privado de transporte escolar. Competência do Município para regulamentar a matéria. O serviço privado de transporte escolar é realizado mediante autorização do Poder Público Municipal na forma da lei local.

Servidor Público. Processo administrativo disciplinar (PAD). Testemunhas. Impedimento e suspeição. Contagem dos prazos. Considerações.

Técnica Legislativa. Inadequação de Lei Complementar. A revogação de uma lei pode ser expressa ou tácita. Comentários.

Termos de Ajustamento de Conduta. Considerações acerca de TAC firmado no último ano do mandato (logo após as eleições municipais) e a proibição de assunção de despesas prevista no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Vícios no termo. Ação Anulatória versus Ação Rescisória. Jurisprudência.

Tributação. Extinção de crédito tributário por desconhecimento do contribuinte. Considerações.

Nas 04 edições da Revista de Administração Municipal editadas no ano de 2018 foram publicados 12 pareceres produzidos pela equipe da Consultoria Jurídica cuja relação vem a seguir:

Revista n.º	Parecer n.º	Tema e Autoria
RAM 296	2728/2018	Regime de plantão das farmácias e o novo cenário do seguimento remodelado pelo surgimento das grandes redes. Autora: Carolina Cortes de Novaes
	3116/2018	Vereadoras e Vereadores têm direito à licença maternidade e paternidade? Autora: Diana Luz Soares Neves
	3522/2018	A controvérsia envolvendo o recebimento de presentes, serviços gratuitos ou outras vantagens por agentes públicos Autora: Júlia Alexim Nunes da Silva
RAM 295	2774/2018	Impossibilidade de proceder regularização fundiária por meio de alvará de aforamento Autor: Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues
	2544/2018	Utilização de imagem e história de pessoa já falecida em homenagens conferidas pelo Legislativo. Autora: Fabienne Oberlaender Gonini Novais
	2539/2018	Sistema Único de Saúde - Portas de entrada e hierarquização. Autor: Gustavo da Costa Ferreira M. dos Santos
RAM 294	1783/2018	Impossibilidade de negativa de internação a idoso sem acompanhante. Direito legalmente assegurado não pode prejudicar seu titular. Autora: Priscila Oquioni Souto
	1623/2018	O transporte privado individual por meio de aplicativos e a observância de princípios constitucionais pelos Municípios na sua regulamentação e fiscalização. Autor: Gustavo da Costa Ferreira M. dos Santos
	0974/2018	Etiqueta PBE Edifica: um desafio para a promoção de eficiência energética nas edificações públicas municipais. Autora: Fabienne Oberlaender Gonini Novais

Revista n.º	Parecer n.º	Tema e Autoria
RAM 293	1721/2015	Novo código Florestal. Área de Reserva Legal - RL. Recomposição, recomposição e regeneração. Critérios para localização da RL. Considerações. Autor: Jean Marc Weinberg Sasson
	1187/2017	Meio ambiente. CAR. Penalidades. Considerações Autor: João Lopes de Farias da Matta
	0891/2017	APP urbana. Área consolidada. Regularização fundiária. Construções consolidadas localizadas em APP. Princípio da proibição do retrocesso ambiental. Considerações. Autor: Jean Marc Weinberg Sasson

Com o objetivo de melhor divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela Consultoria Jurídica do IBAM, ingressamos no início de 2018 nas redes sociais, notadamente, o Facebook e o Instagram:



Para melhor organização das publicações nas redes sociais, adotou-se como metodologia a postagem do conteúdo jurídico em três dias da semana (segunda, quarta e sexta), sendo que para cada dia as postagens foram categorizadas da seguinte forma:

Segunda	Quarta	Sexta
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Você sabia? ▪ Alhos e Bugalhos ▪ Cor do Mês ▪ Diversos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parecer semanal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entendimento Consolidado ▪ Súmulas e Jurisprudência ▪ Inovação legislativa ▪ IBAM Recomenda

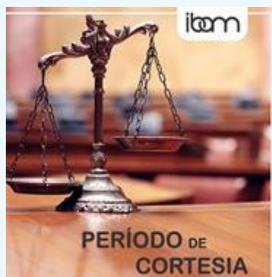
“Você sabia?”: esta categoria tem por objetivo fomentar a curiosidade de quem acessa nossas redes sociais e também daqueles que já são consumidores dos nossos serviços. Geralmente apresenta estatística dos trabalhos da Consultoria Jurídica no âmbito da Associação IBAM.



“Alhos e Bugalhos”: esta categoria tem por objetivo traçar um paralelo entre conceitos que geralmente são confundidos pelas pessoas.

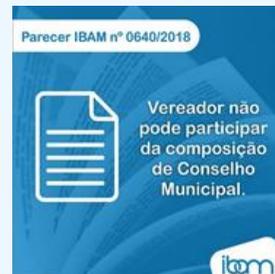
“Cor do mês”: esta categoria é dedicada a destacar alguma causa celebrada no mês, como, por exemplo, o “Outubro Rosa”. Trata-se de uma forma de lançarmos luzes às causas de relevância social e assim contribuir para a conscientização.





“Diversos”: são postagens que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores, mas possuem um conteúdo geralmente mais leve e não jurídico, como, por exemplo, a apresentação da equipe, a divulgação do parecer em destaque no site do IBAM, a tela de busca de pareceres e estudos no LAM, além da divulgação do nosso período de cortesia.

“Parecer Semanal”: nesta categoria selecionamos do nosso próprio banco de pareceres aqueles com temas relevantes ou que são objeto de consulta frequente.



“Entendimento consolidado”: esta categoria apresenta o entendimento do IBAM acerca de assuntos de grande incidência de dúvidas dos consulentes.

“Súmulas e Jurisprudência”: categoria dedicada a atualizar o público com as súmulas e jurisprudências relevantes para a Administração Pública Municipal.



“Inovação legislativa”: categoria dedicada a atualização da legislação, especialmente aquela afeta à Administração Pública Municipal.

“IBAM recomenda”: esta categoria visa a divulgação de boas práticas no âmbito da Administração Pública Municipal.

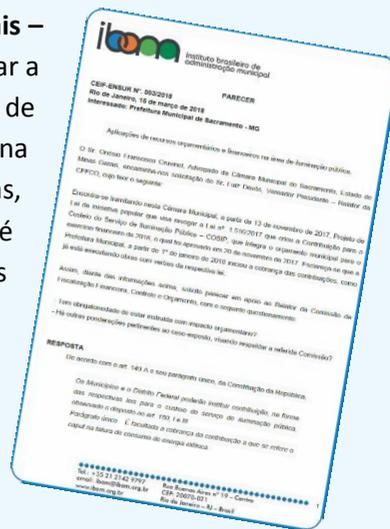


Atualmente são seguidores da @associacaoibam perfis oficiais de Prefeituras, Câmaras Municipais, organizações da sociedade civil, assim como perfis pessoais de agentes políticos e servidores públicos de todas as esferas de governo, dentre outros interessados.



Importante destacar também que além das atividades diretamente relacionadas ao Projeto Associação foram divulgadas postagens de outras ações que mostram a sua transversalidade na medida em que indicam a colaboração efetiva de membros da Consultoria em projetos e eventos.

O Centro de Estudos Interdisciplinares de Finanças Municipais – CEIF é a unidade do IBAM, criada com o objetivo de assessorar a Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR na formulação de políticas e implementação de ações de educação continuada na área das finanças, bem como de estudos e análises financeiras, nas suas relações com outras políticas municipais. O CEIF é coordenado pelo Prof. Heraldo do Costa Reis. Além de tais atividades, o Centro responde a consultas de natureza orçamentária, contábil, financeira e de finanças públicas, seja a partir da elaboração de pareceres, seja em contatos pessoais e telefônicos.



Os principais temas sobre os quais foram prolatados os pareceres por escrito:

Análises de projetos de leis autorizativas de ajustes orçamentários mediante aberturas de créditos adicionais, remanejamentos, transposições e transferências de recursos orçamentários e financeiros

Projetos de leis de constituições de fundos especiais

Análises de projetos de leis autorizativas de operações de crédito de natureza financeira

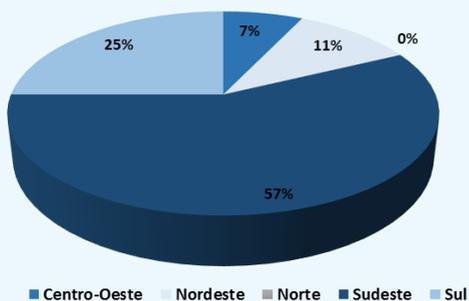
Análises de projetos de leis de diretrizes orçamentárias e plano plurianual

Análises de projetos de leis orçamentárias

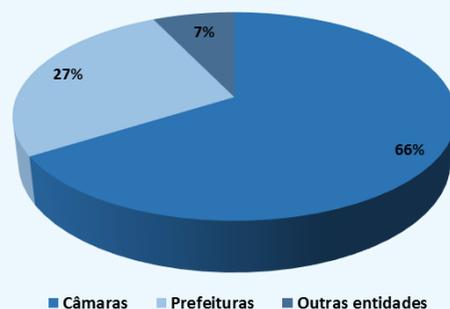
Contingenciamentos de gastos e restos a pagar não processados

Despesas com pessoal

Pareceres por Regiões



Natureza dos órgãos/entidades atendidos com pareceres



Elaboração da 36ª Ed. de A Lei 4320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal, Revista e Atualizada por Heraldo da Costa Reis.

A Lei nº 4.320, de 17/03/1964, possui enorme importância para a Administração Pública, que a utiliza e deve observar a todo momento, haja vista que trata do Direito Financeiro, tema que afeta o dia a dia das repartições no que se refere ao ingresso e à saída de recursos. Nesta edição, o Professor Heraldo da Costa Reis, responsável pela atualização do livro há vários anos, interpreta o diploma legal de modo acessível e confiável, e incorpora o que está contido e possui relações com as normas orçamentárias e contábeis na Lei Complementar nº 101/2000 e nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, as NBCASPS.



ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARCERIAS

“A formação de parcerias é uma tendência contemporânea, que evidencia o reconhecimento de que a complexidade dos processos de gestão pública exige a articulação entre estado e sociedade para o seu equacionamento”

ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARCERIAS

A atuação do Instituto como organização voltada para o aprimoramento da Administração Pública em geral cria oportunidades para que iniciativas sejam realizadas em conjunto, contribuindo para a valorização das organizações que as partilham. A formação de parcerias é uma tendência contemporânea, que evidencia o reconhecimento de que a complexidade dos processos de gestão pública exige a articulação entre estado e sociedade para o seu equacionamento. Também, pelo volume e qualidade dos recursos necessários – financeiros, tecnológicos, de pessoal qualificado, dentre outros -, cada vez mais se revela que as estratégias de atuação colaborativa devam ser buscadas para garantir o alcance dos resultados pretendidos.

No ano de 2018 são articulações importantes a indicar:

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DAS MULHERES (CEDIM-RJ)

Desde a criação do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres- CEDIM-RJ em 1987, o IBAM é um participante ativo nas deliberações e no monitoramento das políticas públicas para as mulheres fluminenses. Nesta articulação, o Instituto é um dos órgãos que representam, no Conselho, a sociedade civil. No atual mandato, a economista Angela Fontes, consultora do Programa de Gênero e Políticas Públicas (PGPP) do IBAM, atua como conselheira titular.

Esta parceria se reveste de importância especial porque o Instituto, ao trabalhar em nível nacional com políticas públicas e articulação, tem como fator estratégico de seu trabalho a disseminação e o apoio de iniciativas que possam ser tomadas em outras unidades da federação.

Para além da participação nas reuniões ordinárias mensais de monitoramento das ações da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, ligada à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI), outras atividades foram realizadas em conjunto com as demais conselheiras, ressaltando o caráter colegiado da nova direção, tais como:

- Produção e execução da solenidade de posse da Diretoria Colegiada eleita entre integrantes das entidades da Sociedade Civil;
- Contribuição para a celebração de Termos de Cooperação Técnica com organizações de interesse, entre as quais a UNIRIO e a AMEBRAS – Associação de Mulheres Empreendedoras do Brasil entre CEDIM/RJ;
- Representação e participação em reuniões e articulações com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRJ; Comitê de Mortalidade Materna; Fórum Perinatal; Conselho de Economia Solidária; COEM - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça /RJ; CDDM – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALERJ (inclusive para garantir orçamento na manutenção dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência e para a reforma e manutenção do prédio do CEDIM), Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça do RJ; IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro – Pólo Belford Roxo;
- Participação em reuniões e/ou seminários nos Municípios de Macaé, Campos, Barra Mansa, Resende, Angra dos Reis, Volta Redonda, Valença, Cabo Frio, Maricá;
- Realização do Seminário "12 anos da Lei Maria da Penha. Desafios";
- Articulação com "Engenheiros sem Fronteiras", visando a elaboração, sem ônus, de projeto de reforma e manutenção da sede do CEDIM;

- Programação de encontro com candidatas ao pleito de 2018 e redação da Carta Compromisso com as políticas públicas para as mulheres elaborada pelas Conselheiras e entregue aos candidatos a governador do Estado do RJ;
- Articulação com diferentes parceiros para a Produção do Festival Chiquinha Gonzaga/2019 e de outras iniciativas no campo cultural;
- Articulação com o PRODERJ para Reativação do site do www.cedim.rj.gov.br;
- Criação do Fórum Estadual dos Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres do Rio de Janeiro.



Posse da primeira gestão presidida pela sociedade civil tendo como presidenta Helena Piragibe



Reunião ordinária do CEDIM

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS-RJ)

Desde 2010 o IBAM consolida sua articulação com o CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social- RJ, com a atuação de profissionais do quadro institucional no acompanhamento e monitoramento das ações na cidade. O cientista social Herculis Pereira Toledo, ao longo dos anos, se mantém próximo a este trabalho, seja na qualidade de Conselheiro, atuando como membro de Comissões especiais do Conselho, seja como Presidente, no ano de 2013.

A participação do IBAM em apoio à dinâmica organizacional do CMAS-RJ se reveste de extrema importância pois contribui para a elaboração de normas, procedimentos e processos de trabalho que, dada a relevância que o segmento assumiu nas últimas décadas, se tornou imprescindível para os bons resultados.

No ano que passou merecem destaque as seguintes atividades:

- **Aprimoramento do controle da gestão da política de assistência social, quando foram realizadas** atividades na Comissão do Orçamento e Fundo do CMAS-RJ, com participação em todas as assembleias ordinárias e extraordinárias;
- **Assessoramento à aplicação do Plano de Acompanhamento e Fiscalização (PLAF), com visitas a** entidades que compõem a Rede de Assistência Social – **Elaboração de metodologia e promoção de capacitações** para inscrição e regularidade anual no CMAS/RJ, o que permitiu a participação de 360 representantes das entidades socioassistenciais;
- **Acompanhamento do grupo de Assessoramento e Defesa de Direitos**, que tem como objetivo estabelecer melhores parâmetros para o reconhecimento das ofertas e das entidades de assessoramento e defesa em âmbito nacional;
- Desenvolvimento de ações entre o IBAM e o CMAS para a identificação de novas áreas de assessoramento e contribuição para o funcionamento do Conselho.

CONSELHO FEDERAL E REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO (CRF E CRA-RJ)

O IBAM mantém convênio de cooperação com o Conselho Regional de Administração CRA-RJ e com o Conselho Federal de Administração - CFA para apoiar ações referentes às políticas públicas e suas inter-relações com a sociedade. Tais ações têm por objetivo promover, executar e difundir eventos que sejam realizados para o aperfeiçoamento de administradores públicos e privados.

Neste conjunto de apoios, coordenados pela administradora Mara Biasi Ferrari Pinto, merece destaque a participação do IBAM na organização e realização do XXVI Encontro Brasileiro de Administração - ENBRA, realizado entre 6 e 8 de agosto nas dependências da Bolsa do Rio.

Para essa atividade, que teve como público alvo administradores de todo o território nacional, o IBAM organizou o painel Tecnologia e Inovação na Gestão Municipal, moderado pelo Superintendente Geral do Instituto, apresentando três temas altamente relevantes para os atuais desafios da agenda municipal: Tecnologias e Mídias Acessíveis e de Baixo Custo usadas com Atores e Público Alvo do PQGA, que ilustrou a experiência do IBAM em projeto recentemente concluído na região do Bioma Amazonas; Experiência do Município de Araras-SP em Eficiência Energética e sua Relação com o Desenvolvimento Econômico, Geração de Emprego e Renda; e A Experiência da Prefeitura do Rio de Janeiro na Implantação de um setor de Prevenção de Riscos Ambientais.

Além dessa atividade, profissionais do IBAM foram entrevistados nos programas de rádio e tv pertencentes ao sistema de mídias do Conselho Regional.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS (FNP)

O IBAM, comprometido com a valorização dos serviços públicos e da cidadania, utiliza a capacidade técnica adquirida ao longo de sua existência, nos diversos campos da Administração Pública, desenvolvendo projetos em parceria e apoio de instituições nacionais e internacionais para a consolidação e fortalecimento dos governos municipais, contribuindo para o estabelecimento de programas de modernização administrativa.

Nesse contexto, cujo objetivo é proporcionar o fortalecimento e aprimoramento das estruturas de gestão municipal, faz-se importante o compartilhamento de informações, o apoio técnico e planejamento das políticas públicas entre instituições alinhadas às pautas municipalistas, de forma a capacitar os gestores municipais e fomentar as potencialidades de desenvolvimento econômico local.

Por essa razão, a atuação do IBAM na promoção do desenvolvimento institucional do Município se faz de forma integrada não só aos atores, gestores públicos e lideranças locais, mas abrange parcerias e articulações com instituições que possuem objetivos convergentes, isto é, que desenvolvem e executam projetos voltados ao fortalecimento dos Municípios, tais como a Frente Nacional de Prefeitos - FNP, a Confederação Nacional de Municípios - CNM, a Associação Brasileira de Municípios – ABM, entre outras com atuação em nível regional, estadual e federal, comprometidas com a identificação e a operacionalização de soluções para os problemas da Administração Pública municipal.

Em relação à FNP, tem continuidade a participação no Programa Fortalecer Municípios, cofinanciado pela União Europeia, mantendo-se as ações de assessoramento aos Municípios brasileiros para obtenção de financiamento junto às instituições financeiras para investimento em ações de modernização da gestão pública.

Tendo em vista a suspensão do Programa de Modernização da Administração Tributária – PMAT na modalidade automático, houve o redirecionamento dos projetos já elaborados pelos Municípios às demais linhas de crédito existentes. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas em parceria com a FNP nos Municípios se mantiveram com a realização de oficinas, reuniões técnicas e apresentação de conteúdo sobre os projetos que podem ser objeto de financiamento.

Os principais projetos solicitados por meio dos financiamentos são:

- Georreferenciamento;
- Central de Serviços ao Cidadão e ao Empreendedor (desburocratização e integração);
- Rede de Fibra Ótica conectando os prédios públicos;
- Modernização da estrutura de TI (servidores centrais) e aquisição de computadores;
- Digitalização de arquivos e redesenho de processos.

Dos 14 Municípios que protocolaram projetos junto ao BNDES, 07 (sete) conseguiram obter o financiamento das instituições financeiras, sendo eles: São Gonçalo (RJ); Juiz de Fora (MG); Piraquara (PR); São Caetano do Sul (SP); Hortolândia (SP); Cariacica (ES) e Lauro de Freitas (BA).

Municípios que protocolaram projetos para obtenção de financiamento:

1. São Gonçalo (RJ)
2. Itapetininga (SP)
3. Igarassu (PE)
4. Gravatá (PE)
5. Carpina (PE)

6. Guarapuava (PR)
7. Campinas (SP)
8. Jaguariúna (SP)
9. Juiz de Fora (MG)
10. Piraquara (PR)
11. São Caetano do Sul (SP)
12. Hortolândia (SP)
13. Cariacica (ES)
14. Lauro de Freitas (BA)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS (ABRH-RJ)

Congresso RH-RIO 2018

Nos dias 15 e 16 de maio foi realizada no Rio de Janeiro a 44ª edição do Congresso RH-RIO 2018 promovida pela ABRH-RJ.

Assim como aconteceu nas edições passadas, O IBAM, juntamente com outros profissionais, professores e pesquisadores referencias no tema Recursos Humanos, compôs o Comitê Temático do Congresso RH Rio 2018.

Esse Comitê tem a missão de buscar as maiores tendências, as mais atuais inovações, as melhores práticas e o que há de mais relevante em Gestão com Pessoas no cenário carioca e transformar todas essas experiências em conteúdos a serem abordados nas palestras, nas oficinas, na feira de exposição, nas programações especiais e no Congresso como um todo.

Neste ano, o Congresso RH Rio 2018 teve como objetivo promover o debate e a reflexão das principais tendências da área de gestão de Recursos Humanos especialmente sobre sustentabilidade, responsabilidade social, educação corporativa, relações trabalhistas, diversidade, liderança contemporânea, marca empregadora, mediação, assédio no ambiente de trabalho, inovação tecnológica e novos modelos organizacionais.

Além do apoio à organização geral da 44ª edição do Congresso, o IBAM participou diretamente da idealização, coordenação e realização dos seguintes eventos:

- Palestra "Diversidade na Relação de Trabalho: Tabu ou Realidade", com Bruno Brabo, Gerente da Seção de Comunicação Institucional da Casa da Moeda do Brasil, Wania Sant'Anna, Historiadora, pesquisadora de relações de gênero e étnico/raciais e Ângela Fontes, Conselheira do CEDIM RJ e Consultora do IBAM, que foi a moderadora desse evento.
- Palestra "O que você anda fazendo pela Performance da Marca em sua Empresa", com Márcia Ballariny, sócia da Planning Estratégia de Comunicação, e Claudia Ferraz, Superintendente de Organização e Gestão do IBAM, que foi a moderadora desse evento.
- Palestra "Seguir ou não seguir novos modelos organizacionais? Eis a questão!", com Érica Isomura, sócia e psicóloga da Corall, Sandra Rossi, fundadora da Empresa Verde e Andrea Mahias, consultora da Artisan que foi a moderadora desse evento.

Na programação gratuita do Congresso chamada "Portas Abertas", dentre as diversas atividades esteve a apresentação dos cases que participaram do Prêmio Ser Humano edição 2017. Essas apresentações foram feitas em formato "*Talk Show*" em que o IBAM, por meio da Superintendente de Organização e Gestão, Claudia Ferraz, e do Assessor Técnico, André Lima, esteve na condução de três:

- Case "Hackaton Dataprev - Inovação e conhecimento com foco no cidadão" da Empresa Dataprev;
- Case "Programa Líderes Cariocas" do Instituto João Goulart da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;
- Case "Programa de Preparação para Aposentadoria" da Empresa Eletrobras Eletronuclear.



Prêmio Ser Humano 2018

Pelo décimo ano consecutivo, o IBAM apoiou a realização do Prêmio Ser Humano, da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) do RJ em especial na categoria Organizações do Setor Público. Realizada em 26 de novembro, no Hotel Hilton Copacabana, a cerimônia de premiação da 38ª edição do Prêmio contou com a presença de gestores e representantes de diversas organizações e personalidades dos setores público e privado.

A iniciativa destaca e premia profissionais que atuam na atividade de gestão com pessoas e organizações cuja atuação diferenciada e práticas inovadoras nesta área tenham alcançado resultados significativos que possam ser considerados referência no mercado.

Reconhece, ainda, professores universitários e estudantes de qualquer formação que produzam trabalhos de caráter técnico ou científico, referentes à gestão e ao desenvolvimento com pessoas, bem como suas respectivas instituições de ensino superior.

Nessa edição, foram premiados os Cases Organizacionais na área de gestão de pessoas, nas categorias “Micro ou Pequena Empresa”, “Média ou Grande Empresa”, “Organização do Terceiro Setor”, “Trabalhos Acadêmicos” e “Organização do Setor Público”, na qual o IBAM colabora na identificação, acompanhamento e avaliação dos cases, sendo parte integrante da Comissão Julgadora.

Na categoria “Organizações do Setor Público”, os cases finalistas foram o Programa Líderes Cariocas da Fundação João Goulart – Prefeitura do Rio de Janeiro e o Programa de Performance Humana da Eletronuclear. Todos os finalistas foram premiados, mas o case vencedor dessa categoria foi o Programa de Performance Humana da Eletronuclear.

A Superintendente da área de Organização e Gestão, Claudia Ferraz, e o Assessor Técnico, André Lima, ambos do IBAM, entregam o Prêmio Ser Humano ABRH - RJ Edição 2018 à Sra. Bernadete Silva Baptista, Chefe do Departamento de Carreira, Remuneração e Desenvolvimento de Pessoal e aos demais representantes da equipe da Eletronuclear, organização vencedora na categoria Organização do Setor Público.







PARTILHANDO CONHECIMENTO

“Inclui-se no mandato do IBAM a execução de ações e a formulação de instrumentos que possam ser importantes para o aperfeiçoamento do governo local e para difundir conhecimentos na sociedade que valorizem a participação cidadã”

PARTILHANDO CONHECIMENTO

Inclui-se no mandato do IBAM a execução de ações e a formulação de instrumentos que possam ser importantes para o aperfeiçoamento do governo local e para difundir conhecimentos na sociedade que valorizem a participação cidadã.

Dentro desta área de atuação podem ser citados, além do Centro de Documentação que serve de fonte principal de informação para estudiosos do tema, os prêmios e homenagens que o Instituto recebe pela sua produção, as publicações decorrentes dos projetos realizados e a participação do IBAM em eventos, que refletem a evolução institucional da organização e sua interlocução com parceiros de diferentes segmentos.

HOMENAGENS

- O Instituto Pereira Passos, a Escola de Arquitetura e Urbanismo – EAU/UFF, a Editora da Universidade Federal Fluminense – EDUFF, a Casa 8, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro e o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB-RJ promoveram o lançamento do livro **Sementes Urbanas**, organizado por Maria de Lourdes Pinto Machado Costa e Maria Laís Pereira da Silva que reproduz ensinamentos do urbanista **Carlos Nelson Ferreira dos Santos**, respeitado especialista do ramo, que foi funcionário do IBAM até 1989, ano de seu falecimento.

O IBAM se associa a essa homenagem prestada pelos principais organismos do campo da arquitetura e urbanismo, pela relevância da obra do eminente urbanista e Professor Carlos Nelson, cuja expressiva trajetória profissional esteve largamente associada ao trabalho do IBAM, seja pelos estudos e pesquisas realizadas no Centro de Pesquisas Urbanas - CPU, por ele chefiado, seja pela

dinâmica que ele imprimiu ao funcionamento daquela unidade que possibilitou a inovação metodológica e sua difusão no campo do urbano.

- O Prof. **Heraldo da Costa Reis**, atual Coordenador do Centro de Estudos Interdisciplinares de Finanças Municipais - CEIF do IBAM, recebeu ao longo do ano duas homenagens bastante expressivas pelo seu trabalho na área contábil e de finanças públicas.

A primeira, pela Associação dos Profissionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do Estado do Rio de Janeiro (APCASP-RJ), que lhe conferiu o título de “Associado Honorário” pela sua contribuição para o desenvolvimento da profissão contábil.

A segunda homenagem recebida ocorreu no dia 18 de dezembro quando foi divulgada a premiação da Edição 2018 do “Prêmio Controlador e Professor Dr. Lino Martins da Silva” pela Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro. O Prof. Heraldo foi contemplado com o prêmio na categoria Personalidade pela sua experiência no exercício profissional da área contábil, orçamentária e de finanças públicas.

O Prof. Heraldo é distinguido integrante dos quadros do Instituto e autor de várias publicações, destacando-se o livro A Lei nº 4.320 Comentada, agora em sua 36ª edição.

Centro de Documentação Prof. João Pessoa de Albuquerque

A biblioteca do IBAM é um dos pilares de sua organização e funcionamento. Atualmente, sob forma digitalizada, transformou-se em centro de documentação, consultado por estudiosos nacionais e internacionais. Isto se dá uma vez que a experiência do IBAM, em

sua grande diversidade, foi documentada através dos estudos, pesquisas, projetos e demais atividades realizadas durante a trajetória do Instituto. Hoje, em ambiente digital, é possível acessar 2.601 documentos das mais diversas áreas do conhecimento, além da Revista de Administração Municipal, editada na instituição, e livros nas áreas de Direito, Meio Ambiente, Administração e Gestão.

Em paralelo com a disponibilização de seus documentos ao público interno e externo, o Centro de Documentação também realiza para a equipe do Instituto a revisão de documentos pelas normas da ABNT, bem como de referências bibliográficas e criação de fichas catalográficas.

Ressalte-se que o IBAM se mantém como entidade de referência nos mais diversos temas de interesse do governo municipal e da Administração Pública em geral. Muitos estudiosos e pesquisadores entram em contato com o Centro de Documentação para realização de consulta ao seu acervo bibliográfico, que se encontra disponível desde a sua criação.

RELATÓRIO DE PRODUÇÃO – 2018	TOTAL
Catologação no Biblivre	807
Arquivamento e organização dos Atestados	203
Solicitações de documentos ou pesquisas	215
Solicitação de usuário externo	38
Revisões de referências bibliográficas	911
Solicitações de fichas catalográficas	8

PUBLICAÇÕES

Revista de Administração Municipal – RAM



Entre atividades e projetos desenvolvidos pelo IBAM, há aqueles com objetivo de disseminar conhecimentos e aperfeiçoar linhas de trabalho de gestores públicos, pesquisadores e participantes de entidades públicas e privadas. E a Revista de Administração Municipal é exemplo de proposta bem-sucedida do Instituto, publicação que, há mais de 50 anos, amplia conhecimentos na formulação e implementação de políticas públicas.

No ano de 2018, o IBAM manteve a periodicidade assegurada da RAM, com quatro edições anuais, na perspectiva de buscar

metodologias e alternativas de intervenção em conteúdos que possam ser instrumentos de trocas de informações, num diálogo incessante entre teoria e prática.

Na primeira publicação do ano, de nº 293, foram abordados, pelos artigos da Revista, temas que articularam diferentes dinâmicas territoriais e promoveram alternativas sustentáveis para desenvolvimento local. Já a RAM 294 analisou efeitos da proposta de reforma tributária sobre as finanças





municipais e teceu discussões sobre iluminação pública e o novo sistema de planejamento da Política de Assistência Social. Na terceira edição do ano, de nº 295, a Revista destacou dimensões do urbano, a demanda por investimentos que melhor qualifiquem o local onde as pessoas vivem, o impacto dos gastos públicos sobre a organização do espaço e as bases jurídico-institucionais da administração municipal. A RAM nº 296, última do ano, compôs mosaico de temas com os quais o Instituto trabalhou na busca de privilegiar a inovação - ou sua necessidade – na gestão governamental. Além de artigos, a Revista de Administração Municipal publicou pareceres

com temas altamente interessantes para o cotidiano dos munícipes.

A **Revista de Administração Municipal** está disponível para o público em versão *online* ou para *download* no site do Instituto, totalmente sem custos. Sempre que é lançada, a Revista também é enviada como *link* direcionado para o *site*, por *e-mail*, para uma lista de interessados na publicação. Em 2018, a RAM publicou o total de 13 artigos atuais e de interesse para gestores e técnicos, uma entrevista e 12 pareceres jurídicos.



O livro **A Lei nº 4.320 Comentada**, que está em sua 36ª edição, tem sido, desde a sua primeira edição, a publicação mais consultada por técnicos e gestores da Administração Pública que necessitam seguir os preceitos do Direito Financeiro aplicados no dia a dia da gestão para agilizar adequadamente o ingresso e saída dos recursos.

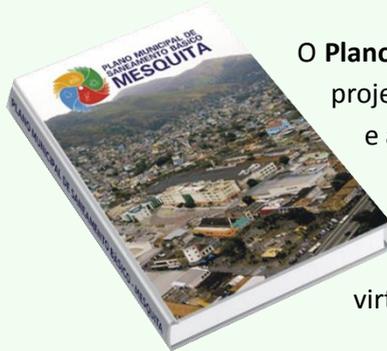
O Prof. Heraldo da Costa Reis é o responsável pela atualização desse livro que, no processo, incorporou o conteúdo das normas orçamentárias e contábeis da Lei Complementar nº 101/2000 e das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, as NBCASPS.



"O Município e a política de atendimento socioeducativo" foi publicado sob formato virtual, com amplo acesso para todos que visitem a página do IBAM. Foi elaborado pelos pesquisadores do Programa de Direitos e Cidadania e tem a autoria de Herculis Toledo, Louise Storni e Rosimere de Souza. O livro pretende contribuir para que Municípios encontrem melhores caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto e, por conseguinte, alcancem bons resultados juntos aos adolescentes.

Plano Metropolitano é lançado em Cuiabá

O IBAM assessorou a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (Agem-VRC), vinculada ao Governo do Estado de Mato Grosso, em projeto que culminou com a publicação do livro **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (PDDI-VRC)**, lançado em julho de 2018.



O **Plano Municipal de Saneamento Básico de Mesquita** resultou de projeto de assessoria à Prefeitura Municipal, que traçou caminhos e ações para a melhoria dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A publicação pode ser consultada em seu formato virtual.

O IBAM realizou em 2018 a segunda edição do livro **Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis**, resultado de trabalho executado pelo Instituto entre 2015 e 2016 para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Essa segunda edição surge revisada, atualizada e ampliada com fatos novos nas políticas públicas do país e novos casos identificados em cidades do Brasil e do mundo que merecem destaque no assunto.



EVENTOS

- Por duas vezes, o IBAM participou de reuniões do **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)**, então vinculado à Casa Civil da Presidência da República. Na primeira ocasião o Superintendente Geral do IBAM, Paulo Timm, realizou a apresentação sobre a distribuição das competências constitucionais concorrentes. Na segunda ocasião, o cientista social Bernardo Mercante Marques, também do IBAM, apresentou o tema Tipologia de Municípios, Regionalização e Cooperação Intermunicipal. As duas apresentações contribuíram para o debate de questões relacionadas ao aprimoramento legislativo voltado para o federalismo.
- O encontro “**Mulheres mais Fortes no Poder**” foi organizado pelo IBAM em conjunto com a Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro – ELERJ, como parte das atividades desenvolvidas pelo Instituto para apoiar as candidaturas femininas.
- Como parte das comemorações do dia 8 de março, a Economista Angela Fontes, representante do IBAM no CEDIM, apresentou dados importantes sobre a estrutura das desigualdades de gênero e seus impactos no mercado de trabalho para mulheres líderes e executivas de organizações privadas, no **Programa Pro-Fit Coach para Mulheres Líderes e CEOs**. A PRO-FIT Coach é uma organização dedicada ao desenvolvimento de recursos humanos com a qual o Instituto tem realizado trabalhos de natureza pontual, em caráter colaborativo.
- A Consultoria Jurídica do IBAM esteve presente no **XXXIII Congresso Brasileiro de Servidores de Câmaras Municipais e XXXIII Encontro Nacional de Vereadores**, organizado pela ABRASCAM no TCE-ES, onde apresentou o tema: Processo Legislativo.

- O evento **Administração Municipal de Precisão - Workshop 2018**, promovido pelo Sistema LABGIS - Núcleo de Geotecnologias da Universidade do Estado do



Rio de Janeiro (UERJ) contou com a participação do IBAM. O objetivo do Workshop foi evidenciar os desafios a serem superados pelos Municípios e apontar caminhos para o uso da geotecnologia, ferramenta útil para estudos estratégicos e ações operacionais

para a Administração Pública.

A arq. Luciana Hamada, do IBAM apresentou as reflexões e ações do Instituto no tema “Nova Agenda Urbana e o Plano Diretor: Clima Urbano e Eficiência Energética”, salientando que a identificação dos dados geoclimáticos do Município são fundamentais para a assimilação do clima urbano, conforto e desempenho ambiental, e a incorporação das diretrizes nos instrumentos urbanísticos.



Além da experiência do IBAM, foram expostos trabalhos do Instituto de Planejamento Urbano de Palmas (IPUP) e da Secretaria Municipal de Defesa Civil de Niterói (RJ).

Ao final do evento ocorreu a Mesa Redonda “As Plataformas Digitais para Compartilhamento de Geoinformações Municipais”, com a participação do Instituto Pereira Passos da Prefeitura do Rio de Janeiro, Sistema de Gestão de

Geoinformação da Prefeitura Municipal de Niterói e do Núcleo de Geotecnologias - Sistema LABGIS/UERJ.

- **2º Fórum Ilumina Brasil**, promovido pela Hiria e pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), teve a participação do IBAM. Nele foram debatidos a compreensão sobre conceitos básicos a respeito das PPPs; a preparação normativa e institucional para o desenvolvimento de PPPs; a priorização e seleção de propostas preliminares de PPPs e o desenvolvimento de estudos de pré-viabilidade e viabilidade, inclusive, via interações com o mercado, em sede de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI). O evento foi realizado no Centro Brasileiro Britânico - São Paulo/SP.
- **Plataforma 2018: Brasil do Amanhã - Tema Energia**, promovido pelo Museu do Amanhã com apoio da Fundação Roberto Marinho, do Instituto Clima e Sociedade (ICS), do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), da GloboNews, e da sua rede estendida de parceiros. Profissionais do IBAM acompanharam as discussões.
- O arquiteto e urbanista Alberto Lopes, da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do IBAM, foi membro do Júri da **XIV Bienal Internacional de Arquitetura da Costa Rica**, realizada de 23 a 26 de maio de 2018 na capital San José, sob a coordenação do Colégio de Arquitetos da Costa Rica. O destaque dos



trabalhos apresentados na Bienal foi a qualidade da produção dos profissionais do setor e sua contribuição cada vez mais comprometida com a melhoria das condições de vida nas cidades latino-

americanas, baseada em acesso à cidade, equidade social, sustentabilidade urbana e espaços públicos para todos.

- A equipe de Direitos Humanos do IBAM promoveu na Escola Estadual André Maurois oficina sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. O público foi composto por alunos do ensino fundamental e médio, com cerca de uma centena de adolescentes, e terá desdobramento no ano de 2019. Durante a oficina foram utilizadas dinâmicas participativas para envolver os presentes na discussão sobre os direitos das crianças e dos adolescentes e o contexto de construção do ECA, principais problemas e soluções para questões relacionadas à educação, saúde, liberdade, dignidade, e outros temas pertinentes.
- O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Rio Janeiro realizou com o apoio do IBAM evento sobre **O Controle Social e o Papel dos Conselheiros** que contou com a presença de 55 participantes – gestores municipais, conselheiros municipais e estudantes.
- Durante a **II Roda de Conversa das Comissões Locais da Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro** foi realizada pelo IBAM a palestra “Os Desafios dos Territórios à Luz do Plano Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro”. O objetivo foi apresentar o Plano de Assistência Social vigente e sua relação com a divisão territorial da cidade através das 10 Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos – CASDH. O evento contou com a presença de mais de 300 participantes, inclusive com representantes da Subsecretaria de Direitos Humanos do Município, da Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social, além de servidores públicos, conselheiros de Assistência Social, representantes de entidades privadas e usuários.

- No **XV Fórum Municipal da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro**, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro - Comdef-Rio, o IBAM apresentou a palestra “Diagnóstico da Situação”. Nesta oportunidade, foi destacado que as instituições de internação e abrigos, muitas vezes, são as únicas opções de residência de longo prazo para muitas pessoas com deficiência no Brasil. Foram apresentados os principais resultados do relatório promovido pela *Human Rights Watch* (HRW), organização não-governamental com atuação internacional, que evidenciou uma série de abusos contra crianças e adultos com deficiência nos abrigos públicos brasileiros.
- Foi realizada na Escola de Talentos, no Rio de Janeiro, atividade de assessoramento onde o IBAM desenvolveu o tema “**O papel e os desafios das instituições de garantia de direitos e direitos humanos para a construção de uma sociedade mais justa**”.
- O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA realizou atividade de capacitação continuada para seus Conselheiros e Conselheiros Tutelares, no âmbito do Eixo: **Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Criança e Adolescentes**. O IBAM ofereceu contribuição no tema “Definições e Atribuições do CMDCA”.
- Coube ao IBAM a participação como moderador na **XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, realizada na UERJ, especialmente no grupo de trabalho do eixo V: Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas.
- Realizou-se em Cuiabá o **I Encontro Temático do Ministério Público do Estado de Mato Grosso**. O evento foi de iniciativa das Procuradorias de Justiça

Especializadas em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística e em Criança e Adolescente.

O IBAM participou na condição de contribuir para a qualificação de Promotores de Justiça do Estado de Mato Grosso a fim de dar mais eficiência às ações do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais urbanísticos e infanto-juvenis.

As apresentações e debates contaram com as participações do arquiteto e urbanista Alberto Lopes, do quadro técnico da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do IBAM, e da doutora Sônia Rabelo, que integra a Assembleia Geral do IBAM.



- Realizado em Porto Alegre, o **XVIII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente**, organizado pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente – ABRAMPA, debateu aspectos relacionados ao acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em temas ambientais, como mudanças climáticas; regularização fundiária e urbanística; unidades de conservação; resíduos sólidos; logística reversa; agrotóxicos; saneamento básico; mineração; entre outros.

O IBAM participou, por intermédio de Karin Segala, da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, do painel que discutiu a atuação do Ministério Público em resíduos sólidos e na logística reversa, proferindo palestra sobre aspectos relevantes do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para Implantação da



Logística Reversa por Cadeia Produtiva, realizado pelo IBAM em 2014, para apoiar o Ministério do Meio Ambiente na formulação dos instrumentos mais adequados à implementação dos sistemas de logística reversa para produtos e embalagens pós-consumo. Este mesmo Estudo está servindo de base para o Ministério Público exigir a efetiva implantação da logística reversa de embalagens em geral, inclusive com o ressarcimento do erário público municipal pelas despesas decorrentes.



ENSINO

“Suprir as demandas emergentes por capacitação, acompanhar o avanço de tecnologias educacionais e desenvolver soluções inovadoras para a formação e o desenvolvimento de servidores públicos municipais são características da trajetória de atuação da ENSUR”

ENSINO

A Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR, criada em 1968, é a unidade organizacional do IBAM responsável pelo desenvolvimento e realização de programas e projetos educacionais. De suas diversas atividades participam servidores públicos municipais, estaduais e federais; dirigentes e técnicos de organizações da sociedade civil; profissionais liberais e consultores, além de estudantes.

Suprir as demandas emergentes por capacitação, acompanhar o avanço de tecnologias educacionais e desenvolver soluções inovadoras para a formação e o desenvolvimento de servidores públicos municipais são características da trajetória de atuação da ENSUR. Além da realização do Programa Anual de Capacitação, a ENSUR desenvolve outras estratégias educacionais para o fortalecimento de Escolas de Governo e órgãos responsáveis pela formação de servidores, atua na oferta direta de cursos semipresenciais, a distância e presenciais; desenvolve estudos e pesquisas e realiza assessoria técnica em programas e projetos que tenham na capacitação um de seus componentes.

Seguem as principais atividades desenvolvidas pela ENSUR em 2018:

PROCESSO DE CREDENCIAMENTO 2016/2018

Completando a marca de 50 anos de atuação continuada em 2018 e reunindo notória *expertise* educacional na área de gestão e políticas públicas, a Superintendência Geral do IBAM, apoiada pelo seu Conselho de Administração, decidiu pleitear a transformação da Escola Nacional de Serviços Urbanos em Instituição de Ensino Superior – IES, com foco no aperfeiçoamento de pessoal para o setor público, com ênfase na esfera local, de forma a

contribuir para maiores níveis de efetividade e sustentabilidade das políticas e demais iniciativas públicas.

O processo de credenciamento, iniciado em 2016, vem recebendo avaliações positivas e a expectativa do IBAM é de desfecho favorável e que a publicação da portaria de credenciamento, expedida pelo INEP/MEC, no Diário Oficial da União, ocorra no corrente ano.

Em continuidade, o IBAM recebeu em 2018 a visita das duas últimas Comissões de Avaliação do INEP/MEC. A primeira, composta por três avaliadores, teve por finalidade a avaliação do credenciamento institucional, momento em que as capacidades pedagógica e de gestão, infraestrutura física e tecnológica foram minuciosamente examinadas. Além do prédio do IBAM, foram avaliados também o projeto arquitetônico e a planta de layout do novo espaço físico, localizado a menos de 100 metros do Instituto, que abrigará a sede da Faculdade IBAM/ENSUR a partir do segundo semestre de seu funcionamento. A segunda Comissão foi composta por dois avaliadores que analisaram o plano pedagógico do curso de *Pós-Graduação em Gestão Territorial e Urbana*, o sistema integrado de gestão acadêmica, a plataforma de aprendizagem virtual, os processos de produção de material acadêmico, corpo docente e corpo técnico-administrativo.

Os relatórios finais de avaliação das duas Comissões atribuíram ao Instituto nota 4 (em escala de 1 a 5), sendo o resultado amplamente favorável e confirmando que a adequação feita pelo IBAM desde o início do processo de credenciamento impactou com excelência o resultado da avaliação.

Para a boa execução e alcance dos resultados esperados no projeto de



credenciamento, o IBAM destacou equipe composta por representantes de suas áreas técnicas que elaboraram os diversos instrumentos exigidos (manuais, planos, regimento e outros mecanismos de gestão), além da formulação de políticas, criação do portal da Faculdade e sistema de auto avaliação institucional. A base documental para a constituição da Faculdade, resultado desse trabalho em equipe, reuniu mais de 15 produtos. Também foram elaborados programas de capacitação, planos de cargos e carreiras e treinamentos e oficinas realizados no decorrer do processo para que a equipe envolvida fosse devidamente qualificada para compor o futuro quadro funcional de docentes e técnico-administrativo da Faculdade IBAM-ENSUR.



A aprovação a ser recebida estará voltada, inicialmente, ao curso de *Graduação Tecnológica em Gestão Pública*. Formalizado o credenciamento do IBAM/ENSUR como Instituição de Ensino Superior – IES, estará habilitado a ministrar cursos de graduação e pós-graduação.

Atualmente a equipe trabalha na revisão e atualização do dossiê e dos planos operacional e de gestão para a implementação da Faculdade visando o início das atividades acadêmicas uma vez publicada a portaria INEP/MEC de credenciamento no Diário Oficial da União.



ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Curso de Pós-graduação Lato Sensu Especialização em Gestão Pública, com ênfase em Governo Local

A parceria do IBAM/Ensur com a Enap para a realização do Curso de Pós-graduação Especialização em Gestão Pública, com ênfase em Governo Local, teve início com a contribuição do Instituto ao próprio edital de convocação de alunos para o curso, estendendo-se às fases de seleção, elaboração do programa e seus



conteúdos e a execução das aulas, avaliação e acompanhamento da elaboração dos TCCs.



Foram classificados 117 participantes, representando todas as regiões do país, e foram confirmados 112 alunos, representando 72 Municípios brasileiros, sendo 53% do sexo feminino.

O Curso, realizado nas dependências da ENAP em Brasília, teve por objetivo a melhoria da capacidade dos Municípios

na utilização dos instrumentos de planejamento, orçamento, governança, gestão de riscos e elaboração de projetos. Também promoveu a ampliação de conhecimentos técnicos em gestão municipal e metropolitana, em políticas de infraestrutura local e no planejamento urbano. O curso foi realizado na modalidade presencial, com 400 horas de carga horária total.

Encerrado o período de aulas, teve início a qualificação dos projetos de Trabalho Conclusão de Curso (TCC), cuja orientação foi feita pela equipe de 26 professores do IBAM e ocorreu na modalidade a distância, por meio do ambiente Moodle.

Como resultado, do total de 112 participantes, 109 entregaram versão definitiva, sendo que 105 alunos obtiveram



aprovação, alcançando-se o índice de 94% de aprovação. O planejamento inovador do ambiente Moodle para as ações de promoção e acompanhamento do processo de orientação dos TCCs foi sem dúvida um dos pontos positivos para alcance dos excepcionais resultados do Curso.



Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Ainda no âmbito da parceria ENAP, uma segunda iniciativa foi o Curso de Pós-graduação Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Curso teve por objetivo contribuir para ampliação das capacidades dos Municípios brasileiros em promover estratégias de desenvolvimento local a partir do aperfeiçoamento da gestão pública e do aprimoramento da elaboração de políticas públicas que dialoguem com os ODS, estabelecidos no âmbito da Agenda 2030 da ONU. O curso foi realizado na sede na ENAP, em Brasília, sendo o regime de aulas, a serem

cursadas na modalidade presencial, dividido em dois grandes blocos: o primeiro, realizado no período de 19 de novembro a 14 de dezembro de 2018 (Bloco 1), e o segundo,

Curso:
Especialização em Desenvolvimento Local e
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Público-alvo:
Servidores públicos municipais de todas as
regiões brasileiras

Local:
Enap (Brasília)

1ª etapa: 19/11/2018 a 14/12/2018
2ª etapa: 11/03/2019 a 26/04/2019



Enap Escola Nacional de Administração Pública

IBAM Instituto Brasileiro de Administração Municipal

programado para 11 de março a 26 de abril de 2019 (Bloco 2).

Coube ao Instituto fazer parte da equipe de Coordenação Acadêmica e designar um Coordenador Geral residente, do quadro técnico do IBAM, com a responsabilidade de supervisionar 10 (dez) disciplinas presenciais no tema do desenvolvimento local.

A Coordenação Acadêmica operou desde a sede do IBAM, e sua atuação incluiu a modelagem do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), contemplando tarefas e atividades programadas e avaliações objetivas e discursivas, apoiando o planejamento pedagógico do corpo docente para que os participantes usufríssem de recursos e melhores condições de aprendizagem. Foi também elaborado o Guia do Professor que reuniu sugestões diversas de jogos, dinâmicas e simulações voltadas para dinamização das aulas considerando a formação e tamanho do grupo.

À semelhança do curso anterior, a atuação do IBAM teve início no processo seletivo quando foram aprovados(as) e pré-selecionados(as) 105 candidatos(as) com média de 40 anos de idade, oriundos de 80 Municípios brasileiros. Após o primeiro mês de Curso, a formação final do grupo é de 99 alunos regularmente participando, assim distribuídos regionalmente:

REGIÃO	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Vagas	100	11	36	31	15	7
Selecionados(as)	105	12	39	33	12	9
Participantes	99	12	36	33	9	9

Os participantes distribuem-se por todas as regiões brasileiras, representando 22 Estados, sendo exceções os Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Piauí e Mato Grosso do Sul. A maioria dos aprovados – 58% - é do sexo feminino. Do total dos aprovados, 7% possuem mestrado e 35%, especialização. Os demais, têm curso de graduação.

O quadro a seguir indica as disciplinas sob responsabilidade do IBAM ministradas no Bloco 1 do curso encerrado em dezembro de 2018.



Disciplina	Carga Horária	Data
D.03 - Governança Multinível dos ODS	16	27 e 28/11/2018
D.05 - Coordenação de governo e relações federativas	16	03 e 04/12/2018
D.06 - Planejamento territorial e consórcios municipais	16	10 e 11/12/2018

Produção de Cursos em Educação a Distância

No âmbito do contrato firmado entre o IBAM e a ENAP, a equipe da ENSUR coordenou a produção técnica de dois cursos na modalidade a distância:

- Gestão Tributária Municipal; e
- Políticas Públicas e Governo Local.

O Projeto compreendeu a realização das seguintes atividades:

- Elaboração do Roteiro de Atividades - RAE
- Produção de conteúdos técnicos

- Design instrucional
- Produção de material didático compreendendo: conteúdo em formato livro (moodle), apostila em pdf e exercícios.

Os cursos, com carga horária de 30 horas cada, farão parte do Programa de Educação Continuada da ENAP e serão oferecidos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) próprio da instituição. A seguir imagem da plataforma da ENAP, no ambiente virtual do curso Políticas Públicas e Governo Local.

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO LOCAL

Planejamento Municipal

4. Os Instrumentos Orçamentários

4.2. O Ciclo Orçamentário

Apresenta o nome do ciclo orçamentário ao processo de elaboração, aprovação e execução de um orçamento público. Esse ciclo se inicia a cada ano, com a preparação de um novo orçamento anual.

Este seção fundamenta para a execução do ciclo orçamentário, os instrumentos da triade orçamentária — PPA, LOA e LDO —, naturalmente inter-relacionados em sua prática e conteúdos. É importante entender a função de cada um deles para o planejamento e as políticas públicas municipais, seus prazos, oportunidades e ações envolvidas.

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Planejamento
 - 2.1. Função Básica de Administração
3. Planejamento Governamental
 - 3.1. Apresentação e a Equilíbrio de Política Públicas
 - 3.2. Orçamentos
 - 3.3. Plano Setorial
4. Os Instrumentos Orçamentários
 - 4.1. Acionando LOPF
 - 4.2. O Ciclo Orçamentário**
 - 4.2.1. Planejamento Orçamentário
 - 4.3. Plano Plurianual (PPA)
 - 4.4. Plano de Plano Plurianual
 - 4.5. A Elaboração do Plano Plurianual
 - 4.6. Lei de Diretrizes

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NITERÓI/RJ

O IBAM celebrou contrato com a Prefeitura Municipal de Niterói/RJ para desenvolvimento e execução de cursos de capacitação para servidores dos níveis operacional, gerencial e estratégico da Prefeitura, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social – PRODUIS, que tem apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.



Pela Prefeitura Municipal, a coordenação dos cursos é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle – SEPLAG e da Escola de Governo e Gestão – EGG. O Projeto prevê a realização das seguintes atividades:

- Elaboração de conteúdos técnicos para os cursos presenciais.
- Produção de material didático – apostilas, slides e material complementar.
- Realização de 15 cursos presenciais com carga horária de 12 a 21 horas cada.
- Customização dos cursos para versão EAD.

Os cursos realizados em 2018 são indicados a seguir.

Cursos Presenciais	Nº turmas	Participantes	Aprovados
Orientação para Inovação e Mudança	1	9	8
Cultura da Qualidade	1	30	18
Foco no cliente-cidadão	1	32	31
Senso de governança	1	6	3
Trabalho em equipe	2	22	20

Cursos Presenciais	Nº turmas	Participantes	Aprovados
Acompanhamento e controle	1	46	30
Gerenciamento de projetos	2	78	18
Negociação e Gerenciamento de Conflitos	1	6	3
Tomada de decisão e avaliação de riscos	2	57	25
Liderança e Gestão de Pessoas	2	43	37
Gestão por Competências	2	39	31
Gestão para Resultados	2	53	42
Total	18	421	266



Turmas de Trabalho em Equipe e Tomada de decisão e avaliação de riscos

UNIASSELVI

Desde 2011 o IBAM e a UNIASSELVI trabalham para a produção de conteúdos para os cursos de pós-graduação a distância. Os cursos são destinados a profissionais que atuem ou tenham interesse em atuar e conhecer mais profundamente aspectos relacionados à formulação e gestão de políticas públicas, em temas com os quais o IBAM atua e possui larga experiência.

O primeiro curso, fruto da parceria, foi o MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais que abordou as principais competências locais no campo das políticas públicas e particularidades da relação do Município com outras esferas de governo. O sucesso do curso motivou a criação em 2016 do MBA em Gestão Pública, que tratou o tema de forma mais abrangente. Atualmente quatro cursos de pós-graduação a distância, com a participação do IBAM na produção dos conteúdos, são oferecidos pela UNIASSELVI, a saber:

- MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais.
- Especialização em Políticas e Gestão de Serviço Social.
- MBA em Finanças Públicas e Política Fiscal.
- MBA em Gestão Pública.

Curso	Participantes
MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais	84
Especialização em Políticas e Gestão de Serviço Social	489
MBA em Finanças Públicas e Política Fiscal	49
MBA em Gestão Pública	218
Total	840

IBAM INICIA PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO A DISTÂNCIA SOBRE DIREITOS DA PESSOA IDOSA

EM ação conjunta entre a equipe de Direitos Humanos e sua Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR), O IBAM iniciou projeto de educação a distância (EaD) em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, vinculado à Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério dos Direitos Humanos. O projeto foi concebido considerando a experiência e a capacidade técnica do IBAM na realização de programas e projetos de capacitação presencial e EaD, com foco em políticas públicas e em instrumentos gerenciais.



PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO ANUAL

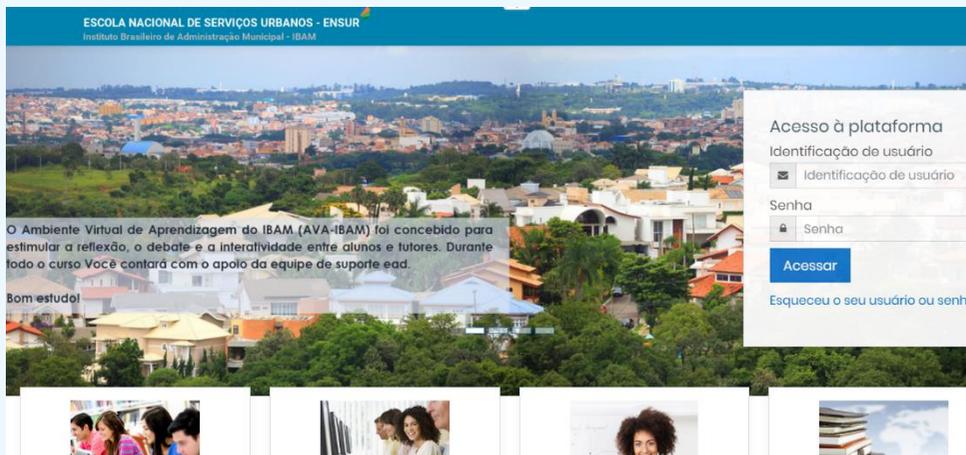
O IBAM oferece anualmente, através da ENSUR, o Programa de Capacitação destinado a servidores públicos das três esferas, representantes de ONGs e de organizações da sociedade civil, além de estudantes graduados. O Programa aborda temas de relevante interesse relacionados à gestão pública municipal que são organizados sob a forma de cursos de extensão, palestras, seminários e oficinas. Os eventos podem ser realizados na sede do IBAM, no Rio de Janeiro, ou em suas Representações nos Estados de São Paulo e Santa Catarina ou ainda de forma descentralizada (*in company*) nas instalações de Prefeituras e Câmaras Municipais em todo o território nacional. Grupos de Municípios por meio de associações ou consórcios são também demandantes das ações de capacitação realizadas pelo Instituto. Seguem os eixos temáticos do programa:

- Direito, Administração, Gestão e Técnicas de Governo.
- Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade.
- Finanças Públicas.
- Políticas Públicas Setoriais.

Os cursos realizados pelo Programa de Capacitação têm caráter inovador em muitas de suas temáticas e procuram acompanhar as tendências de mudança no campo das políticas públicas. Assim, destacam-se entre os temas mais recentes:

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o papel da gestão municipal.
- eSocial.
- Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.
- Atendimento e Prestação de Serviços às Pessoas com Deficiência.
- Gestão do Sistema de Iluminação Pública.

Nas últimas décadas, acompanhando tendências mundiais, além de ações presenciais, novas modalidades de ensino passaram a compor a ação da ENSUR / IBAM com cursos a distância e semipresenciais. Os cursos a distância, oferecidos nos formatos de autoinstrução ou com apoio de tutoria especializada, são realizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem do IBAM (AVA-IBAM).



Em 2018 a ENSUR deu continuidade ao seu Programa de Bolsas e ainda à oferta de cursos com valor simbólico na forma de uma taxa para emissão de certificado que é utilizada para contribuir com o custo de manutenção da plataforma e produção dos materiais.

Por último, o diferencial das ações educacionais realizadas pela ENSUR caracteriza-se pelo debate de temas de interesse dos Poderes Executivo e Legislativo e pela metodologia que associa teoria e prática, resultando em oportunidade de aplicação dos conhecimentos e habilidades desenvolvidos nos contextos específicos de trabalho.



ASSESSORIA TÉCNICA

“As soluções propostas pelo IBAM na execução dos projetos desenvolvidos no ano de 2018 seguiram a tônica dos resultados, ou seja, o cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal”

ASSESSORIA TÉCNICA

GOVERNANÇA, INSTRUMENTOS DE GESTÃO E CONTROLE DE GASTOS

O IBAM atua para promover o desenvolvimento institucional da Administração Pública, com o propósito de aperfeiçoar as relações cotidianas mediante a melhoria das políticas públicas e dos instrumentos de gestão financeira, tributária e fiscal; da gestão de pessoas; dos serviços públicos urbanos em geral; do planejamento estratégico, urbano e ambiental; da geração de emprego e renda e dos direitos humanos, assegurando a primazia da racionalidade, a participação democrática na alocação dos recursos e a transparência na gestão.

As soluções propostas pelo IBAM na execução dos projetos desenvolvidos no ano de 2018 seguiram a tônica dos resultados, ou seja, o cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

A abordagem levada a efeito nos trabalhos do tema governança e gestão buscou dar relevância ao cenário financeiro futuro em termos da sustentabilidade do modelo de gestão que venha a ser adotado. Os índices de descumprimento dos limites com gasto de pessoal são alarmantes e, segundo a FIRJAN, só no ano de 2018, aproximadamente uma em cada quatro cidades brasileiras ultrapassou os 60% da despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida.

Desta maneira, inspirados no propósito de contribuir com o desenvolvimento e a implementação de instrumentos de gestão organizacional capazes de promover a boa governança, respeitando os limites com as despesas de pessoal, os projetos desenvolvidos no ano de 2018 caracterizaram-se pela inclusão de cálculos de impactos financeiros e construção de cenários presentes e futuros como etapas dos projetos de assessoramento técnico, principalmente naqueles que envolveram alterações nas despesas com pessoal e modelagem organizacional.

A partir de análise das informações das folhas de pagamento e na perspectiva da implantação das novas políticas de gestão de pessoas – entre elas as novas tabelas de vencimentos, promoções, progressões, adicionais e vantagens –, o IBAM elaborou metodologia com o objetivo de prever o impacto financeiro desses eventos com duas perspectivas: uma, no momento da implantação dos projetos; e a outra, no futuro, para acompanhamento e planejamento econômico e financeiro das receitas e despesas, quando as novas possibilidades de avanço forem implementadas. O que se pretende é que as novas políticas tenham, no futuro, viabilidade financeira para concessão e que possam ser acompanhadas durante o seu percurso sob os olhares do planejamento econômico-financeiro da arrecadação, das receitas e das despesas dentro da esfera governamental em que a organização está inserida.

Outra questão relevante no ano de 2018 foi que as organizações clientes optaram por contratar o conjunto de projetos que correspondesse à totalidade de políticas de determinado assunto ao invés de realizar os projetos separadamente. Isso permitiu, por exemplo, na área de gestão de pessoas e organizacional, a definição de legislação mais enxuta, modelos organizacionais mais dinâmicos, o estudo integrado dos aspectos jurídicos da relação jurídico-funcional entre o governo e os servidores e a análise conjunta dos impactos financeiros das soluções propostas pelos projetos. Sem sombra de dúvida, requereu da equipe gestora maior envolvimento e adesão aos projetos executados simultaneamente.

As Prefeituras Municipais de Botelhos, Caxambu e Monte Belo, todas de Minas Gerais, foram responsáveis pela contratação da maior quantidade de Projetos. Em todas essas municipalidades foram contratadas a elaboração ou revisão do Estatuto dos Servidores, Reestruturação Administrativa, Elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos-PCCV e do Sistema de Avaliação de Desempenho, além do Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração e Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério Público Municipal.

Embora a contratação de um desses projetos individualmente não traga prejuízo para o ente municipal, a realização de todos eles em conjunto possibilita maior alinhamento jurídico entre os instrumentos, entre as políticas administrativas, de gestão de pessoas e administrativas e das propostas de planejamento, orçamento e finanças municipais.

Ainda que a contratação de um projeto possa não influenciar ou implicar a contratação de outro, assim como seus resultados, dos 08 (oito) projetos de Reestruturação Administrativa contratados em 2018 apenas 02 (dois) não foram contratados juntos com a revisão dos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

O quadro a seguir Sintetiza os Projetos Realizados:

CONTRATANTES	PROJETOS							Total
	RA-LOM-RI	RCTM	ES	RA	PCCV-SA	ES-PCR-SADMPM	RPAF	
PM Botelhos/MG			X	X	X	X		4
PM Caxambu/MG			X	X	X	X		4
PM Monte Belo/MG			X	X	X	X		4
PM Castelo/ES			X	X	X			3
PM Dores do Rio Preto/ES			X	X	X			3
PM Vila Velha/ES				X	X	X		3
CM Itanhandu/MG	X				X			2
PM Irupi/ES			X		X			2
PM Itanhadu/MG				X	X			2
PM Vila Velha/ES					X		X	2
CM Conceição dos Ouros/MG	X							1
IPSM Dores do Rio Preto/ES				X	X			2
PM Cachoeiro de Itapemirim/ES					X			1
PM Camanducaia/MG		X						1
PM Guaxupé/MG				X				1
PM Mendes/RJ				X				1
PM Passos/MG		X						1
SAAE Barra Mansa/RJ					X			1
Total de Projetos	2	2	6	10	13	4	1	38

CM = Câmara Municipal; **IPSM** = Instituto de Previdência dos Servidores do Município; **PM** = Prefeitura Municipal; **SAAE** = Serviço Autônomo de Água e Esgoto; **RA-LOM-RI** = Revisão e Atualização da Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno; **RCTM** = Revisão do Código Tributário Municipal, **ES** = Estatuto dos Servidores; **RA** = Reestruturação Administrativa; **PCCV-SA** = Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação; **ES-PCR-SADMPM** = Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração, Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério Público Municipal; **RPAF** = Revisão da Produtividade dos Agentes de Fiscalização e da Gratificação de Atividade Técnica

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

O Estatuto dos Servidores Municipais é a lei municipal que regulamenta a relação jurídico-funcional entre os servidores públicos e o governo.

As Prefeituras Municipais de Botelhos (MG) e de Castelo (ES) contaram com a assessoria para atualizar a legislação municipal relativa aos direitos, deveres e responsabilidades dos seus servidores, adequando-a aos preceitos da Constituição Federal, à jurisprudência dos Tribunais e à doutrina dominante e resultando na proposição de novos textos de Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Também foi iniciada a elaboração do projeto de Estatuto dos Servidores para as Prefeituras capixabas de Dores do Rio Preto e de Irupi, bem como de Monte Belo (MG) e de Caxambu (MG). No caso desta última, o IBAM assessorará a municipalidade na elaboração da legislação sobre a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público.

É importante destacar que durante a revisão dessa legislação tem-se destinado especial atenção para dois aspectos: o primeiro diz respeito à incorporação ao texto da adoção de novas práticas e direitos sociais e o segundo, à discussão sobre a disponibilidade financeira, presente e futura, para a concessão de adicionais, vantagens e direitos aos servidores públicos municipais.

Reestruturação Administrativa

Os trabalhos, com foco na reestruturação organizacional, visaram estabelecer novos modelos organizacionais e adequar as administrações municipais ao desempenho de suas finalidades, diante das demandas da população e dos objetivos e programas de ação governamental, estabelecendo mecanismos de aproximação entre o Governo e a comunidade, tendo em vista a melhor gestão dos recursos e serviços públicos.

Foram elaborados os projetos para as Prefeituras mineiras de Itanhandu e de Caxambu. Também tiveram início os projetos de assessoria para a Reestruturação Administrativa das Prefeituras Municipais de Dores do Rio Preto, no Estado do Espírito Santo, bem como no Instituto de Previdência dos Servidores desse mesmo Município, além das Prefeituras de Monte Belo (MG), de Mendes (RJ), de Castelo (ES), de Botelhos (MG) e de Vila Velha (ES). O IBAM também assessorou a Prefeitura de Guaxupé, em Minas Gerais, na revisão de proposta de modernização também elaborada pelo Instituto.

Além da revisão do desenho organizacional, o Projeto de Reestruturação Administrativa descreveu as atribuições e responsabilidades dos ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento e os quantificou, definindo seus símbolos e valores.

Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho

O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos faz parte do rol de instrumentos normativos que estão à disposição do Município para se auto-organizar na prestação dos serviços que lhe são próprios. A elaboração do Plano contribuiu para consolidar as políticas de recursos humanos expressas na legislação, corrigir distorções funcionais e de remuneração, organizar a estrutura de cargos e os vencimentos dos servidores municipais, de forma a assegurar condições para atrair e manter pessoal qualificado e motivá-lo no sentido de constante aprimoramento de seu desempenho funcional.

Os Projetos de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho foram responsáveis por 38% (trinta e oito por cento) dos projetos realizados pela área de Organização e Gestão do IBAM. Foram elaborados Projetos de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e a Estruturação dos Sistemas de Avaliação de Desempenho para a Câmara Municipal de Itanhandu (MG), bem como para as Prefeituras Municipais de Itanhandu (MG), de Botelhos (MG), de Cachoeiro de Itapemirim (ES) e de Castelo (ES).

Neste ano de 2018 também foi realizada a atualização do Plano de Cargos e Carreiras do Serviço de Água e Esgoto de Barra Mansa (RJ), anteriormente elaborado pelo Instituto.

A revisão e efetiva implantação do Plano e do Sistema possibilita à administração municipal recursos para valorizar e melhor aproveitar o potencial dos seus servidores, com vistas a alcançar, mais rapidamente, os resultados organizacionais pretendidos. Além disso, define os perfis e os requisitos para provimento dos cargos através de concurso público e avaliação de desempenho.

Também foi iniciada a elaboração dos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos das Prefeituras capixabas de Irupi, Dores do Rio Preto, Castelo e Vila Velha, bem como do Instituto de Previdência dos Servidores de Dores do Rio Preto (PREVIDRP), além das Prefeituras mineiras de Monte Belo e de Caxambu.

Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração, Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério Público Municipal

Os objetivos e as análises dos impactos financeiros também se aplicam ao Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal. A valorização e o melhor aproveitamento do potencial dos servidores do Magistério Público Municipal são os resultados mais evidentes da revisão e implementação desse Estatuto, segundo os princípios básicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Prefeitura Municipal de Botelhos (MG) teve a assessoria técnica do Instituto na revisão do seu Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração e Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério Público Municipal.

Foi iniciada a elaboração desses mesmos documentos nas Prefeituras de Monte Belo (MG), de Caxambu (MG) e de Vila Velha (ES).

Revisão da Produtividade dos Agentes de Fiscalização e da Gratificação da Atividade Técnica

Deu-se início ao assessoramento, por parte do IBAM, à Prefeitura Municipal de Vila Velha (ES) na análise e nova regulamentação da concessão de gratificação de produtividade para os servidores da área fiscal do Município. O projeto tem como principal objetivo analisar o atual modelo de concessão, conjunto de parâmetros e procedimentos que subsidiam o pagamento da Gratificação por



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES

Produtividade e da Gratificação de Atividades Técnicas - GAT aos servidores que exercem o cargo de Fiscal ou que prestam suporte às atividades técnicas de fiscalização nas áreas tributária, de saúde, ambiental, de atividades econômicas e obras. A partir da revisão do cenário atual jurídico e financeiro, foi construída proposição para o novo formato de pagamento da Gratificação por Produtividade Fiscal e da Gratificação de Atividade Técnica aos servidores que exercem o cargo de Fiscal e de Analista mais adequado aos ambientes econômico, social, fiscal e governamental.

Revisão e Atualização da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno de Câmaras Municipais

A Lei Orgânica Municipal (LOM) está para o Município como a Constituição Federal está para a União. A LOM é o instrumento que permite o governo municipal se auto-organizar, norteando a vida da Administração local, visando o bem-estar social e o desenvolvimento local, oferecendo ao Município instrumentos para enfrentar as transformações da cidade.

Por sua vez, o Regimento Interno deve manter estreita relação com a LOM, sendo a norma disciplinadora do funcionamento do órgão legislativo e dos direitos e deveres dos parlamentares e partidos que compõem o Legislativo Municipal, visando assegurar a efetiva operacionalização dos trabalhos legislativos.

As atividades desenvolvidas na área de governança e gestão do IBAM também ofereceram assessoramento às Câmaras Municipais de Conceição dos Ouros e Itanhandu, sendo esta última ainda em execução, ambas no Estado de Minas Gerais, na revisão e atualização da Lei Orgânica Municipal e do seu Regimento Interno. O projeto teve como objetivo identificar as necessidades de atualização e ajustes à legislação e propor novos textos contendo os dispositivos apropriados a esses instrumentos legislativos. Foi dada especial atenção, além da incorporação dos comandos de ordem jurídica, aos novos processos de trabalho, de acordo com a realidade local, modernizando todo o processo das Casas Legislativas.

Revisão do Código Tributário Municipal

Foi realizada nas Prefeituras Municipais de Camanducaia e de Passos, em Minas Gerais, a revisão dos respectivos Códigos Tributários. O objetivo foi o de avaliar a legislação tributária atual, nos seus aspectos legais, impositivos e financeiros, bem como oferecer alternativas de reformulação do Sistema Tributário Municipal com argumentos e justificativas embasados na realidade socioeconômica local.

Além da atualização da legislação, o assessoramento técnico teve como objetivo auxiliar os gestores municipais na formulação e implementação de nova política tributária que mais se coadunasse com os programas e metas governamentais.

Reestruturação de Empresa Municipal de Energia e Iluminação Pública

O IBAM concluiu em novembro de 2018 as Etapas de Trabalho previstas na assessoria técnica à Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes, referente às atividades relativas à reestruturação da Empresa Municipal de Energia e Iluminação Pública (EMLUME) e à melhoria da gestão do sistema de iluminação pública do Município.

O desenvolvimento do projeto consistiu em apoiar tecnicamente a Equipe da Comissão Especial de Reestruturação da EMLUME nos estudos e na elaboração de produtos em seis Etapas de Trabalho. Entre as atividades desenvolvidas destacam-se a elaboração do estudo de viabilidade da reestruturação jurídica e técnica da EMLUME e o Plano Diretor de Iluminação Pública (PDIP). Também foram realizadas a revisão da contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), a especificação técnica das ferramentas de gestão e o estudo de viabilidade técnica econômica e geração de energias renováveis.

Em setembro de 2018 foi publicada no Diário Oficial da Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes (PE) a Lei nº 1.373, que dispõe sobre a nova estrutura administrativa da EMLUME, responsável pela gestão, operação e manutenção do sistema de iluminação pública do Município.



Vista noturna do Município de Jaboatão dos Guararapes
(Crédito da Foto: Laryssa Alves)

Serviços e Soluções para a Gestão Fiscal

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN tem recebido atenção especial em todos os seus níveis de processamento, desde a manutenção do cadastro dos

contribuintes completo, correto e atualizado, até eficazes ações de fiscalização visando à redução da evasão fiscal e da inadimplência em relação a esse imposto, sendo o fortalecimento da capacidade institucional do governo na melhoria da arrecadação tributária uma das prioridades dos gestores municipais.

A cobrança por serviços de qualidade e transparência na aplicação dos recursos é determinante para que a Administração Pública busque novos modelos para modernizar a sua gestão a fim de atender às diversas necessidades dos cidadãos.

Ao buscarem investir em tecnologias para minimizar a dependência em relação aos repasses federais e estaduais, os Municípios encontram no IBAM o apoio necessário através de Metodologia própria para a Gestão do ISSQN incrementando essa importante fonte de receita própria.

A Metodologia de Gestão do ISSQN, aplicada pelo IBAM, contempla:

- revisão e aperfeiçoamento dos processos;
- adequação da legislação tributária municipal;
- capacitação profissional;
- proposição de ações fiscais inteligentes;
- assessoramento jurídico-tributário.

As ferramentas eletrônicas que suportam a metodologia são:

- Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e;
- Gestão do imposto dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Registro Auxiliar da Nota Fiscal de Serviços – RANFS®;
- Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras – DES-IF;
- NFS-e mobile;

- Módulo de Gestão dos Arquivos SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;
- Módulo de Fiscalização;
- Módulo de Construção Civil - Registro Eletrônico de Entrada de Materiais -REEM®.

Atualmente essa metodologia está presente em todas as regiões do país, estando implantada em mais de 80 Municípios, entre os de capitais, pequenos, médios e grandes.

A metodologia de gestão do ISSQN proporciona transparência na relação com o contribuinte e otimização das ações fiscais com a utilização de ferramentas tecnológicas, gestão da informação com inteligência fiscal e a devida otimização da arrecadação do ISSQN.

Importante ressaltar que essa metodologia é aperfeiçoamento da cultura cidadã no que diz respeito ao papel do contribuinte para as ações governamentais e o consequente monitoramento pela sociedade.

Além de instrumentalizar a gestão pelo Município, a utilização dessa metodologia pelos Municípios envolvidos no Programa, nos dois últimos anos, evidenciou incremento médio superior a 16% da arrecadação do ISSQN.

CONCURSOS PÚBLICOS

O assessoramento na execução de concursos públicos e processos seletivos, que inclui a realização de todas as etapas do certame, desde a elaboração dos instrumentos normativos até a homologação dos resultados finais, decorre dos muitos anos de experiência do Instituto. Ressalta-se na metodologia, como fator decisivo, a estreita articulação com a equipe da instituição contratante nas definições e decisões necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

Captar e desenvolver o capital humano na Administração Pública é assunto que requer estratégia e investimento que vai muito além do mero cumprimento dos dispositivos legais que regem a matéria.

Os concursos realizados tiveram como motivação principal entre os gestores, além da recomposição dos seus quadros, muitas vezes esvaziados pelos processos de aposentadoria, a preocupação com o preenchimento de posições especializadas decorrentes de novos serviços públicos implementados. Dessa forma, os certames realizados tiveram como responsabilidade a captação de profissionais que sejam capazes de aplicar seus conhecimentos técnicos, assim como competentes na prestação de serviços junto à população.

Esse é um movimento importante na gestão de pessoas, pois o concurso assume características diferentes na medida em que a motivação para a sua realização passa da preocupação com a reposição quantitativa dos quadros para a reposição qualificada. Com isso torna-se requisito básico para a melhoria e crescente profissionalização do corpo de servidores públicos.

Para a efetiva aferição dos conhecimentos necessários ao exercício das responsabilidades dos cargos e empregos, objeto dos concursos públicos e processos seletivos realizados e como parte da metodologia e processo de trabalho institucional, as provas foram elaboradas pelas bancas examinadoras do IBAM tendo como base a definição do perfil do cargo, os requisitos para admissão e os conteúdos e campos de conhecimentos requeridos para o seu desempenho. Além disso, as questões elaboradas tiveram sempre o cunho situacional onde o candidato aplicou o conhecimento adquirido em questões do dia a dia do trabalho realçando a aplicação do conhecimento técnico sobre o conhecimento memorizado.

As representações nos Estados de São Paulo e de Santa Catarina mantiveram o perfil de elevada participação no assessoramento aos Governos Municipais E, NOTADAMENTE,

ampliaram, de forma significativa, a prestação de serviços às Prefeituras e Câmaras Municipais na elaboração e execução de concursos públicos e de processos seletivos, em todas as suas etapas.

O IBAM acredita que manter política de representações e parcerias proporciona o aperfeiçoamento da sua capacidade de atendimento às demandas municipais e garante presença efetiva no desenvolvimento de alternativas e soluções que modernizam o fortalecimento institucional dos Governos Municipais.

Em 2018 foram realizados 57 concursos públicos e processos seletivos, a seguir identificados:

Cliente	UF		Qtd. de Cargos	Nº de inscritos
Prefeitura Municipal de Jundiaí (Saúde)	SP	CP 142/2018	7	3.297
Fundação Criança de São Bernardo do Campo	SP	CP 01/2017	22	10.083
Prefeitura Municipal de Timbó Grande	SC	CP 01/2018	82	553
Prefeitura Municipal de Pinheiral	RJ	CP 01/2018	56	5.158
Prefeitura Municipal de Porto Ferreira	SP	CP 01/2018	3	1.018
Prefeitura Municipal de Jundiaí	SP	CP 105/2018	4	13.541
Prefeitura Municipal de Joanópolis	SP	CP 01/2018	13	910
Prefeitura Municipal de São José dos Campos	SP	CP 03/2018	3	13.613
SANEBAVI – Saneamento Básico de Vinhedo	SP	CP 01/2018	21	4.334
FUNDEMA – Balneário Piçarras	SC	CP 01/2018	8	1.621
SAMAE – Blumenau	SC	CP 01/2018	14	1.657
Prefeitura Municipal de Piraí	RJ	CP 01/2018	2	1.807
Prefeitura Municipal de Bragança Paulista	SP	CP 01/2018	7	1156
Prefeitura Municipal de Vassouras	RJ	PS 01/2018	4	995
Prefeitura Municipal de Franca	SP	CP 01/2018	27	8.339

Cliente	UF		Qtd. de Cargos	Nº de inscritos
Prefeitura Municipal de Franca	SP	CP 02/2018	9	3.166
Prefeitura Municipal de Franca	SP	CP 03/2018	19	98
Prefeitura Municipal de Franca	SP	PS 02/2018	1	1.029
Prefeitura Municipal de Praia Grande	SP	CP 01/2018	40	18.491
Prefeitura Municipal de Praia Grande	SP	CP 02/2018	1	2.121
Prefeitura Municipal de Sales de Oliveira	SP	CP 01/2018	6	1003
Prefeitura Municipal de Sales de Oliveira	SP	PS 02/2018	6	234
Câmara Municipal de Correia Pinto	SC	CP 01/2018	5	315
Câmara Municipal de Correia Pinto	SC	PS 01/2018	2	66
Câmara Municipal de Otacílio Costa	SC	PS 01/2018	4	599
Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta	SC	CP 01/2018	15	267
Prefeitura Municipal de Treze Tílias	SC	CP 01/2018	15	520
Prefeitura Municipal de Treze Tílias	SC	PS 01/2018	14	51
Prefeitura Municipal de Atibaia	SP	CP 01/2018	18	7.306
Prefeitura Municipal de Atibaia	SP	CP 02/2018	1	557
DAE S/A – Água e Esgoto de Jundiá	SP	CP 01/2018	18	19.052
Secretaria Municipal de Educação de Indaial	SC	PS 03/2018	30	976
Câmara Municipal de Campo Belo do Sul	SC	CP 02/2018	2	89
Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul	SC	CP 02/2018	10	95
Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul	SC	PS 02/2018	70	383
Secretaria Municipal de Educação de Balneário Piçarras	SC	PS 01/2018	48	1.296
Prefeitura Municipal de Arroio Trinta	SC	CP 01/2018	8	380
Prefeitura Municipal de Porto Ferreira	SP	CP 02/2018	2	391
Prefeitura Municipal de Praia Grande	SP	CP 03/2018	32	4.088

Cliente	UF		Qtd. de Cargos	Nº de inscritos
Prefeitura Municipal de Praia Grande	SP	CP 04/2018	2	5.149
Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista	SP	CP 01/2018	13	8.819
Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista	SP	PS 01/2018	23	1.287
Prefeitura Municipal de Catanduva	SP	CP 01/2018	3	220
Câmara Municipal de Cubatão	SP	CP 01/2018	6	12.321
Prefeitura Municipal de Caxambu	MG	OS 01/2018	2	253
Prefeitura Municipal de Caçador	SC	PS 02/2018	35	879
Prefeitura Municipal de Imbituba	SC	PS 14/2018	27	571
Prefeitura Municipal de Bragança Paulista	SP	CP 02/2018	7	7.941
Prefeitura Municipal de Catanduva	SP	PS 01/2018	13	2.061
Prefeitura Municipal de Jundiá (Guarda Municipal)	SP	CP 266/2018	1	7.895
Prefeitura Municipal de Santos	SP	CP 07/2018	10	8.680
Prefeitura Municipal de Caxambu	MG	CP 01/2018	35	4.408
Câmara Municipal de Santo André	SP	CP 01/2018	15	11.780
Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras (Secretaria Municipal de Assistência Social)	SC	CP 01/2018	5	664
Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras	SC	CP 02/2018	29	4.857
Câmara Municipal de Pirai	RJ	CP 13/2018	4	1.974
Prefeitura Municipal de Piracaia	SP	CP 01/2018	32	4.229
TOTAL			911	214.643

CP: concurso público

PS: Processo Seletivo

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

O tema ambiental cada vez mais se consolida na agenda de trabalho do IBAM e também amplia seu significado como campo de conhecimento e de políticas públicas. No ano 2018, destacam-se projetos em processo de finalização, em execução e também os que tiveram seu curso – início e término – no período em exame.

Programa de Qualificação da Gestão Ambiental - PQGA

Após quatro anos de execução e com bons resultados alcançados no aprimoramento das capacidades institucionais, tanto do poder público municipal, como dos atores locais que participam de iniciativas, ações e projetos para recuperação, proteção e uso sustentável dos recursos nos Municípios do Bioma Amazônia, em 2018 o PQGA ingressou em nova fase, dando início ao seu ciclo de encerramento, o qual compreendeu a elaboração do relatório final e de efetividade, bem como da prestação de contas, cabendo destacar:

- O Programa formou uma rede ativa de 449 Municípios com acesso amplo e gratuito às atividades do Programa de maneira a dar suporte técnico à atuação local na área ambiental.
- Na capacitação continuada, foram 17 cursos *online* (internet e mobile) e semipresenciais voltados para gestores, equipes técnicas e sociedade civil, totalizando 201 turmas e 7.706 certificações.
- O apoio aos processos de descentralização, visando a implementação de novos padrões de licenciamento ambiental nos Municípios, promoveu 11 oficinas de trabalho, em sete Estados, com participação de 925 gestores e técnicos.

- Na linha do Legislativo, foram promovidos 21 encontros, mobilizando 1.683 vereadores(as), assessores(as) e servidores(as) das Câmaras para debater a ampliação das responsabilidades municipais com o meio ambiente.
- A demanda por orientação técnica e jurídica por parte dos Municípios nos mais diversos temas da agenda ambiental, um dos principais pilares do PQGA, resultou em 1.813 pareceres inéditos, publicação de 50 notas técnicas, que atingiram 7.891 *downloads* no período.
- A primeira edição do Prêmio em Gestão Ambiental gerou 140 contribuições de experiências inovadoras e bem-sucedidas, principalmente com raízes na Amazônia, confirmando a importância da proposta de documentar repertório de soluções e respostas para os problemas críticos da região. O banco de dados com o acervo reunindo as práticas está disponível em amazonia-ibam/premio-gestao-ambiental-bioma-amazonia.
- Por fim, a experiência alcançada com a interatividade e o uso das mídias sociais (aqui representadas pelas Comunidades de Aprendizagem) somada ao engajamento do PQGA em um conjunto de acordos e parcerias, fez crescer as conexões e o capital social do PQGA/IBAM e do Fundo Amazônia/BNDES com as Prefeituras, secretarias municipais de meio ambiente, fóruns de secretários e entidades municipalistas, além das secretarias estaduais de meio ambiente, outros órgãos de governo e da sociedade civil, o que possibilitou a execução do Programa em elevada escala, com a presença dos nove Estados do Bioma Amazônia.

O agradecimento e reconhecimento ao IBAM pelo profissionalismo e compromisso com o fortalecimento da gestão ambiental na Amazônia se materializou em novembro de 2018, durante a realização do evento *10 Anos do Cadastro Ambiental Rural no Estado do Pará*, onde foram apresentadas informações relevantes sobre processos, estágio atual e estratégias futuras acerca da agenda do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ações de regularização ambiental no estado.



No segundo dia de debates, o **Fórum Permanente de Secretários Municipais de Meio Ambiente (FOPESMMA)** prestou homenagem ao Instituto com o agradecimento e o reconhecimento pelo profissionalismo e compromisso com o fortalecimento da gestão ambiental dos Municípios paraenses.

PAPP - Parcerias Ambientais Público Privadas

A continuidade da execução dos trabalhos relacionados à Gestão do Programa: Parcerias Ambientais Público Privadas ratifica o objetivo previsto de oferecer oportunidade de modernização da gestão das Unidades de Conservação federais. Tal modernização baseia-se, sobretudo, no desenvolvimento, elaboração e aplicação de modelos e estratégias de gestão que se fundamentam na constituição de alianças e parcerias com o setor privado, terceiro setor e comunidades residentes nas áreas e nos entornos dessas Unidades.

Desde 2014, em uma associação entre o IBAM, o ICMBio e o Ministério do Meio Ambiente, com o apoio financeiro do Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN), do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), e do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, promoveu-se a realização de conjunto expressivo de atividades associadas, entre as quais se destacam estudos conceituais, estudos de caso e iniciativas de capacitação e troca de experiências, com o mesmo compromisso com que foi formulado.

Dentre os estudos de caso concluídos em 2018, foram promovidas ações focalizando diferentes tipos de UCs e distintos biomas, de modo a identificar aquelas que melhor se adequam à concessão de serviços. Nelas, foram contempladas: Parque Nacional de Caparaó – categoria PARNA; Florestas Nacionais de Canela e São Francisco de Paula, categoria FLONA, Bioma Mata Atlântica; Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais, categoria APA; Bioma Marinho; Reserva Extrativista do Rio Unini – categoria RESEX; Bioma Amazônia.

Além disso, com base nesses estudos e em estudos sobre o potencial de visitação e a capacidade de impactar a economia regional, por meios do incremento à cadeia produtiva do turismo, foi elaborado o ranking do potencial de visitação desenvolvido, quando se identificou que as UC com maior potencial para visitação e gestão em parcerias são os PARNAS e as FLONAS.

Em 2018, foram realizados novos estudos piloto em outro conjunto de UCs, nos territórios constituídos pelos Parques Nacionais de: (01) Aparados da Serra e Serra Geral (RS); (02) Itatiaia (RJ); (03) Anavilhanas e Jaú (AM); e (04) São Joaquim (SC). Com os quatro Estudos de Caso anteriormente mencionados, totalizaram-se oito iniciativas de equacionamento de parcerias, contemplando onze UCs beneficiadas por recursos do PAPP. Para todas essas situações, os estudos, tal como nos anteriores, resultaram em propostas de editais para a concessão de serviços.

A operação com o FOMIN / BID, foi concluída, e o PAPP seguirá em 2019, agora com o apoio exclusivo do FSA/CAIXA, quando se prevê a realização de novas iniciativas em outras UCs.

O reconhecimento dos impactos sobre a assimilação dessas práticas no âmbito do ICMBio expressa-se pela criação e operação de uma Unidade de Parcerias, na Diretoria de Manejo e Conservação de UCS – DIMAN/ICMBio, e externamente, os resultados do PAPP podem ser aquilatados pela seleção do programa para participar em dois importantes concursos nacionais em 2018. No *PPP Awards & Conference*, evento anual realizado em São Paulo e direcionado à promoção e disseminação de PPPs e concessões, o PAPP disputou o prêmio *PPP Awards Brazil 2018* na categoria “Ideia mais inovadora do ano: ICMBIO – Estratégia de implementação da gestão de visitação em Unidades de Conservação Federal com o suporte da iniciativa privada”. A indicação do projeto para a premiação mais importante de PPPs do país reconhece a relevância do PAPP em ampliar processos de visitação e oportunidades de inclusão socioproductiva, e ainda assegurar meios efetivos de conservação do ambiente e da biodiversidade por meio de parcerias ambientais público-privadas.

No outro concurso, promovido pelo Ministério do Turismo, o Prêmio Nacional do Turismo 2018, o PAPP esteve na disputa final da categoria “Governo”, por meio da indicação do Ministro de Estado do Meio Ambiente, com destaque para os esforços do órgão em implementar visitação nas Unidades de Conservação Federais por meio do programa de Parcerias Ambientais Público-Privadas.

O Programa, ao longo do ano em exame, exigiu a presença do Instituto, por meio do Coordenador da Unidade de Execução – Alexandre Carlos de Albuquerque Santos, em oficinas de capacitação e realizadas junto às comunidades, reuniões e eventos importantes não só para a eficácia de suas ações como também para dar visibilidade aos parceiros que o executam. Destaca-se aí a presença no IX Congresso Brasileiro de

Unidades de Conservação (CBUC), ocorrido em julho no Centro de Convenções de Florianópolis (SC).

Todo o material produzido no PAPP e notícias de seu andamento constam do site www.papp.org.br.

Programa de apoio à gestão dos resíduos sólidos nos Municípios da Baía de Guanabara

A Baía de Guanabara é notória pelos problemas ambientais com os quais convive há décadas; vários programas foram implementados para mitigá-los com níveis variáveis de sucesso.

O Programa de apoio à gestão dos resíduos sólidos nos Municípios da Baía de Guanabara, desenvolvido com recursos do BID, contou também com a parceria do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro/Inea-RJ. Esse Programa ficou, conhecido pelos nomes de “De Olho no Lixo” e “Protetores da Baía de Guanabara”.



Para executá-lo, o IBAM e seus parceiros estabeleceram como objetivo atuar sobre a geração de processos que ensejassem a articulação para a implantação de iniciativas integradas em educação ambiental, por meio da criação de espaços de reflexão e ação com participação da sociedade civil, Estado, Municípios e iniciativa privada, com o propósito de contribuir para a redução do lançamento de resíduos sólidos nos cursos

d'água que demandam a Baía de Guanabara.

Em função dos desafios que se colocavam para a construção de novos espaços políticos de governança e instrumentos inovadores de gestão que pudessem produzir políticas públicas orquestradas e pactuadas pelos Municípios do entorno do estuário, foram

desenvolvidas iniciativas piloto, direcionadas ao desenvolvimento e implementação de estratégias locais de sensibilização ambiental e capacitação de agentes comunitários de meio ambiente com jovens moradores das localidades de Roquete Pinto e Praia de Ramos, no Complexo da Maré.

Os jovens que participaram das iniciativas, alcunhados de **Protetores da Baía de Guanabara**, em processos de formação continuada, participaram de ação educativa que, numa estratégia motivacional para os Protetores, levou-os a aprofundar seus conhecimentos sobre os pontos emblemáticos da cidade, numa visita ao Pão de Açúcar. A visitação foi uma premiação pelo resultado final da campanha de sensibilização de moradores naquelas comunidades já mencionadas.

Diretamente, 57 jovens foram envolvidos em atividades de capacitação, preparando-se para o trabalho como agentes comunitários de meio ambiente. Indiretamente, por meio de ações em escolas públicas do entorno e nas próprias localidades, sendo possível, estimar o alcance de cerca de 1.000 alunos da rede pública de ensino e de cerca de 11 mil moradores das localidades.

Entre as atividades realizadas destacam-se aquelas referentes à arte-educação, moda, música, oficinas de novas tecnologias de mídias, além de aulas teóricas referentes aos resíduos sólidos descartados na Baía de Guanabara.

Complementarmente, foi realizado plano de ação com o objetivo de contribuir para a gestão local dos resíduos sólidos, por meio de ações de arte-educação e campanhas, que, entre outras ações, tiveram a finalidade de despertar o sentimento de pertencimento local, empoderamento dos jovens e moradores por meio de ações de educação ambiental, pautadas pelo pensamento crítico e enfoque humanista.

As atividades do *Programa de apoio à gestão dos resíduos sólidos nos Municípios da Baía de Guanabara* foram iniciadas em fevereiro de 2016 e se estenderam até agosto de 2018.

“Protetores dos Parques – Módulo Baía de Guanabara”

Em função dos resultados alcançados com o Programa de Olho no Lixo – Protetores da Baía da Guanabara, o IBAM firmou nova parceria com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), viabilizado por recursos de compensação ambiental aportados pela empresa Braskem, visando a realização de projeto socioambiental similar ao que vinha realizando no entorno da Baía de Guanabara.

Replicando a metodologia já adotada, esse Programa trata de comunidades cujos



despejos de resíduos sólidos ameaçam a qualidade ambiental dos cursos d’água que demandam a Baía e Parques Estaduais em seu trajeto. O novo projeto foi então denominado “De Olho no Lixo – Protetores dos Parques – Baía da Guanabara”. Ainda em 2018, o IBAM realizou capacitação da equipe técnica do Projeto, que atuará nos Municípios de Duque de Caxias, Magé e São Gonçalo, e seis comunidades pré-selecionadas.

À semelhança do projeto anteriormente relatado, as ações previstas visam aproximar a comunidade do entorno e formar jovens residentes como agentes multiplicadores, promovendo sensibilização ambiental e envolvimento da comunidade. Isso se dará através de cursos de capacitação teórica e prática que incluirão oficinas de arte-educação com o reaproveitamento de resíduos sólidos para confecção de vestuário e acessórios (Eco moda) e instrumentos musicais (Funk Verde). Ao final da capacitação, os jovens selecionados construirão plano de ação voltado para a construção de melhorias locais.

O projeto busca promover junto aos jovens o despertar de consciência ambiental através de atividades pedagógicas, onde, ao final, atuarão como “Protetores dos Parques - Bahia de Guanabara”.

O evento de capacitação ocorreu no Centro de Primatologia do Estado do Rio de Janeiro, localizado em Guapimirim/RJ, e as demais atividades que darão concretude ao Projeto serão realizadas no primeiro semestre de 2019.

Plano Municipal de Saneamento Básico de Mesquita

A Prefeitura Municipal de Mesquita (RJ), com apoio técnico do IBAM, definiu caminhos e ações para melhorias nos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Consolidou-se assim o Plano Municipal de Saneamento Básico de Mesquita, finalizado em 2018,

A metodologia adotada para seu desenvolvimento enfatizou o processo participativo, envolvendo o Executivo, representantes do Legislativo e segmentos organizados da sociedade civil, culminando com sua apresentação em Conferência Municipal.

“Nosso compromisso é chegar nos próximos anos à universalização dos serviços de saneamento básico. Água limpa nas torneiras das casas. Ampliação da coleta de lixo regular, com a seleção de recicláveis e o descarte correto do que não pode ser mais aproveitado. Rede de esgoto expandida evitando o despejo em córregos e nascentes.

Sonho, quem sabe? Mas, é sonho possível, que pode virar realidade com método e planejamento, como está demonstrado aqui, mas, sobretudo, com a participação responsável de todos.

É Mesquita apostando no desenvolvimento sustentável. Estamos entrando num novo tempo.”

Com essas palavras o Prefeito do Município saudou o Plano, apresentado pelo IBAM na Conferência Municipal realizada em setembro de 2018. O evento contou, além do

Prefeito, com a participação dos secretários e de representantes de Associações de Moradores e da sociedade civil.



PLANO DIRETOR

As atividades de assistência técnica realizadas pelo IBAM com a finalidade de contribuir para o ordenamento territorial em Municípios e micro regiões se consolidam, preferencialmente, sob a forma de Planos Diretores. No ano de 2018 foram desenvolvidos projetos com dimensões diferenciadas e ensejando o uso de metodologias apropriadas, em concordância com a legislação em vigor e a complexidade das questões a serem tratadas.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (PDDI – RMVRC)

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (PDDI – RMVRC) iniciado em 2016 sob contrato com a Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região do Vale do Rio Cuiabá (Agem-VRC), vinculada ao Governo do Estado de Mato Grosso, foi concluído em 2018.

O plano tem como marco legal o Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) e foi realizado em ambiente de governança interfederativa em território formado por seis Municípios: Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande, além de outros sete Municípios do Entorno.

O Anteprojeto de Lei Complementar do PDDI, depois do ciclo de discussões e debates com a Agem-VRC, as Prefeituras, o Ministério Público e o Conselho Deliberativo Metropolitano do Vale do Rio Cuiabá (Codem), foi enviado como Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT). Dada a legitimidade alcançada pela proposta do texto legal no seu processo de consultas, a tramitação do projeto resultou em apenas duas emendas pontuais. O projeto foi aprovado por unanimidade na ALMT, sancionado pelo Governador do Estado e publicado no Diário Oficial em 27 de dezembro, como Lei Complementar Estadual nº 609/2018.

Uma publicação foi editada e lançada em Cuiabá como resumo dos estudos e propostas consolidadas no plano metropolitano visando a publicidade desse ato do Governo. A aprovação do PDDI constituiu oportunidade e desafio na transição de governo do período, exigindo dos atores locais e do Ministério Público acompanhamento atento para a sua efetiva implementação.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e leis municipais de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano de Três Corações (MG)

Em outubro de 2018, o IBAM concluiu a assessoria técnica ao Município de Três Corações, na revisão de seu Plano Diretor.



O trabalho teve início em agosto de 2017, quando o Plano Diretor já tinha completado mais de dez anos de vigência, sendo obrigado a revisão por força do que determina o art. 40, § 3º do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001): “a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos”.

Situado no Sul de Minas, Três Corações é um Município com população de quase 80 mil habitantes, segundo estimativas do IBGE para 2018. Nas últimas décadas, vem registrando taxas de crescimento populacional decrescentes, chegando a perder cerca de 1,09% ao ano entre 2000 e 2010. Apesar da razoável qualidade de vida e de apresentar vantagens locacionais frequentemente ressaltadas, sua posição equidistante de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro não se traduz em pujança econômica.

O processo de revisão do Plano Diretor possibilitou ampla discussão sobre potenciais e desafios de Três Corações, abordando diversos eixos temáticos:

- clima urbano, território e mudanças climáticas;
- meio ambiente;
- patrimônio histórico, cultural e paisagístico;
- habitação;

- saneamento básico;
- mobilidade urbana e territorial;
- desenvolvimento rural.

As propostas do Plano Diretor incluem ainda a estruturação do Sistema Municipal de Planejamento Urbano e Gestão Territorial, bem como a revisão do Macrozoneamento Municipal e do Zoneamento Urbano.



Na área urbana, o plano buscou criar mecanismo para que o desenvolvimento urbano privilegie a ocupação de expressiva quantidade de terrenos vazios disponíveis, a qualificação dos espaços públicos, a redução das diferenças na qualidade da urbanização entre diferentes áreas da cidade e a valorização do centro histórico. Mas o que talvez mereça destaque como maior avanço dentre as propostas seja a recomendação de criação de um sistema de controle de cheias dos dois rios que organizaram a urbanização de Três Corações. A cidade já vivenciou situações graves em razão das cheias dos rios e precisa se adaptar para fazer frente a eventos climáticos de maior gravidade que possam vir a ocorrer. O sistema proposto inclui mecanismos de gestão e monitoramento que se articula com propostas de parâmetros urbanísticos e critérios construtivos que privilegiam drenagem urbana e a proteção dos rios.

Paralelamente, a incorporação de uma visão estruturada sobre a área rural no Plano Diretor também inclui propostas que pretendem contribuir para a qualidade ambiental do Município. O Macrozoneamento proposto inclui o reconhecimento de comunidades rurais, núcleos de interesse histórico e cultural e



comunidades tradicionais com diretrizes específicas para cada um deles. Inclui também a indicação de áreas prioritárias para conservação ambiental e conectividade de áreas verdes, bem como áreas prioritárias para recuperação de matas ciliares.

Todas essas propostas de organização têm visão de desenvolvimento que busca indicar alternativas econômicas para valores socioambientais do Município e contribuem para a sustentabilidade urbana ambiental de Três Corações.

Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho (RO).

Em abril de 2018, teve início a assessoria técnica e metodológica do IBAM ao Município de Porto Velho para a revisão de seu Plano Diretor e legislação urbanística complementar. Para a realização do trabalho, a Prefeitura de Porto Velho designou Equipe Técnica Municipal (ETM) que envolve técnicos de 15 secretarias municipais e atua em parceria

com o Conselho Municipal da Cidade na condução de todo o processo de revisão do Plano Diretor.



Dentre os desafios para a condução do trabalho, destaca-se a extensão territorial do Município, com mais de 34mil km², por onde se distribuem diversos núcleos urbanos e comunidades tradicionais. A ETM, juntamente com o Conselho da Cidade, contando com a colaboração do IBAM, vem realizando relevante trabalho de discussão do plano diretor junto aos distritos do Município e também na área urbana da sede municipal. Ao longo de 2018, foram realizadas mais de 20 reuniões comunitárias nos distritos; mais de 20 reuniões comunitárias na área urbana da sede; uma rodada de audiências públicas com quatro eventos, sendo três nos distritos; mais de 50 reuniões técnicas setoriais.

Os primeiros meses de trabalho foram dedicados à construção do Diagnóstico, que foi consolidado após discussão em audiências públicas. Ainda em 2018, o IBAM apresentou o documento de Propostas Preliminares que serão apresentadas e discutidas também em audiências públicas no início de 2019.



Dentre os grandes desafios de Porto Velho apontados no diagnóstico destacam-se: o avanço do desmatamento; os impactos socioambientais de grandes projetos econômicos; a situação fundiária; as condições da infraestrutura de saneamento básico; a dispersão da

urbanização; a reprodução de condomínios horizontais fechados. Esses e outros temas estão sendo trabalhados na construção de uma visão de sustentabilidade do Município e das propostas do Plano Diretor e da legislação urbanística.

A conclusão do trabalho de assessoria do IBAM é prevista para o primeiro semestre de 2019.

DIREITOS HUMANOS

Há muitos anos o IBAM vem consolidando sua atuação no tema dos direitos humanos. A vertente mais antiga dessa área programática diz respeito às questões de gênero que, no Instituto, se iniciou em 1990, com a criação do Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas. Desde então outros temas foram se somando, orientados seja pelas demandas e necessidades da sociedade, seja pelos encaminhamentos das políticas públicas adotadas pelas instâncias governamentais que compõem a federação do país.

Gênero e políticas públicas

São dois os focos principais de trabalho que tiveram ênfase no ano objeto do presente relatório.

O primeiro refere-se às ações que contribuem diretamente para o público externo ao IBAM naquele segmento que é identificado como de agentes importantes para a promoção de equidade social relacionada às questões de gênero, como, por exemplo, mulheres envolvidas com representação política, entre elas candidatas, filiadas a partidos políticos, assessorias e militantes dos movimentos feministas e jovens para os quais o IBAM vem realizando projetos diversos, com destaque para aqueles voltados para a educação ambiental.

Assim, foi realizado em parceria com a Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro - ELERJ e os coletivos Mapa das Minas e Feminicidades, o Seminário “Mulheres mais Fortes no Poder”, cujo objetivo principal foi suscitar aspectos importantes para as estratégias de ocupação feminina dos espaços de poder.

A apresentação dos conteúdos do evento contou com a participação de palestrantes vinculadas ao magistério universitário. Fortalecem-se, assim, as redes do IBAM com a academia, como proposta de política de articulação do Instituto, face ao seu propósito de renovação institucional e consolidação como entidade produtora e difusora de conhecimento.

O seminário contou também com um *talkshow* com as Deputadas Enfermeira Rejane e Martha Rocha, respectivamente presidente e vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres da ALERJ, que, além da exposição apresentada, responderam a perguntas das participantes do encontro.

O evento foi finalizado com a Oficina de Comunicação Estratégica e Planejamento de Campanha, moderada pelo IBAM em parceria com a Feminicidade e a Agência Chama.

Essa atividade, dada sua praticidade, pretendeu ser reforço para o trabalho de candidatas e suas assessorias no que se refere à mobilização das bases territoriais de suas campanhas.

A decisão pela realização do seminário em conjunto com a ELERJ se deu pela estratégia de mútua cooperação que o IBAM procura manter com as escolas de governo em geral. Outro aspecto relevante a considerar é que se tratava de ano de eleições para o nível estadual de governo, tendo em destaque que o Poder Legislativo, por suas funções de formulação de leis e de exercício de fiscalização das ações governamentais, contribuiu para o aperfeiçoamento e a qualidade das políticas públicas.

Como impacto da transversalização dos temas de diversidade nas frentes de trabalho do IBAM, foram realizadas oficinas sobre gênero, raça e sexualidade para jovens beneficiárias/os das atividades do Projeto De Olho no Lixo, desenvolvido pelo IBAM e já mencionado. Essa iniciativa se insere no contexto de reconhecimento da diversidade e fortalecimento de seus direitos, sobretudo para que as/os jovens possam desconstruir preconceitos e estereótipos em seus cotidianos.

O segundo foco dos trabalhos distinguiu o processo interno de melhoria continuada que o Instituto procura manter em relação aos seus quadros de funcionárias/os e colaboradores/as, buscando consolidar a transparência das relações, conforme o seu Código de Ética e Convivência que entrou em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Como antecedente relevante de tal abordagem, vale ressaltar a experiência de trabalho no campo da diversidade - implementada com um ciclo de atividades de integração, diálogo e disseminação de informações e conhecimentos ligados ao tema - oferecida ao quadro de funcionárias/os e colaboradores do Instituto com a Oficina “Mulheres nos Espaços Públicos e Privados” desenvolvida com a equipe técnica do Programa de Qualificação em Gestão Ambiental –PQGA em 2017.

Para 2018, buscou-se internalizar a experiência anterior sob a forma de um programa de fortalecimento da capacidade técnica e gerencial que se direciona a aperfeiçoar as frentes de trabalho do Instituto, bem como as relações interpessoais de toda a equipe. Ao longo do trabalho, houve indicadores expressivos que reafirmaram a adequação da metodologia adotada. Foram destaques:

- Rodas de conversas sobre gênero e raça;
- Oficinas sobre gênero e raça e sobre sexualidade;
- Seis sessões do Cinelbam com exibição de curtas metragens/documentários e participação de convidados especialistas nos debates;
- Envio de *clippings* quinzenais com leituras sobre temas ligados a diversidade.

O investimento nessas atividades faz parte do envolvimento institucional para o amplo reconhecimento e respeito às identidades, bem como para a inclusão da diversidade nos processos de criação e inovação. Trazer esse diálogo para dentro das organizações agrega valores humanos e responsabilidade coletiva com as mudanças sociais, o que se reflete na qualidade dos serviços e produtos oferecidos no mercado.

A partir desse trabalho intraorganizacional, o IBAM acredita que, nos setores público e privado, se possam construir políticas afirmativas que garantam representatividade e equidade nos seus quadros. E, para além da ocupação dos espaços, o diálogo aberto, horizontal e participativo é fundamental para a adoção de práticas de gestão inovadoras, capazes de contribuir para ganhos em produtividade e para a construção de uma sociedade mais justa.

Direitos

As ações realizadas pelo Instituto no segmento Direitos envolveram principalmente: assistência social, crianças e adolescentes, idosos. Foi realçado corte geracional que pode configurar tendência para o desenvolvimento de projetos neste campo.

Para o bom desempenho de tais atividades, foi necessário realizar estudo prospectivo para identificar, dentro das habilidades do IBAM, aqueles serviços que podem ser ofertados no âmbito da Política de Assistência Social, notadamente no que diz respeito à elaboração de propostas para editais de seleção de projetos para prestação de serviços.

Outro aspecto a ser destacado nas ações no corrente ano refere-se à produção de conhecimento sobre crianças e adolescentes, o que se concretizou a partir da realização de projeto voltado para a produção de Plano Decenal de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente para o Estado do Rio Grande do Norte. A sua elaboração coube ao IBAM por meio de convênio com a Secretaria de Direitos Humanos do Estado e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). A coordenação foi do Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente (CONSEC-RN).

Neste projeto merece especial destaque a metodologia de participação envolvendo as próprias crianças e adolescentes na reflexão para elaboração dos textos do documento, bem como a produção de artigo que foi publicado na RAM com a divulgação da metodologia aplicada naquele Estado e que serve de inspiração para que outros níveis de governo possam estabelecer seus planos.

Também foi produzida pela equipe de Direitos publicação *online* de acesso gratuito denominada O Município e a Política de Atendimento Sócio Educativo que pode ser acessado no *link*

http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/municipio_socioeducativo.pdf



UM OLHAR INTRAORGANIZACIONAL

“A execução do Projeto permitiu ao IBAM adquirir experiência na iniciativa de modo a incentivar os Municípios na participação das CPPs das distribuidoras de energia elétrica locais”

UM OLHAR INTRAORGANIZACIONAL

RUMO À EXCELÊNCIA AMBIENTAL

O IBAM finalizou as atividades de execução do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Iluminação do Prédio Sede, para o qual foi selecionado em 2017, na 2ª Chamada Pública de Projetos (CPP) de Eficiência Energética, promovido pela LIGHT Serviços de Eletricidade S.A., distribuidora de energia elétrica local.



O projeto adequou a conformidade do atual sistema de iluminação artificial do seu edifício sede, com as diretrizes da NBR ISO/CIE 8995-1, que determina a iluminância de ambientes por classe de tarefa visual e propõe a adequação para o atendimento ao requisito legal, além da troca de equipamentos por congêneres mais eficientes.

Ao final das atividades previstas no Termo de Cooperação Técnica, foram realizadas palestras para os funcionários sobre as características do Projeto executado. A participação de representantes da LIGHT nas dependências do Instituto enriqueceu a



apresentação com sugestões de economia de energia.

É importante informar que a realização da Chamada Pública de Projetos (CPP) de Eficiência Energética, realizada pela LIGHT, cumpre o disposto na Resolução Normativa ANEEL 556, de 2 de julho de 2013, que, entre

outras orientações, determina a realização de CPPs pelas distribuidoras de energia elétrica, para seleção de propostas de projetos de eficiência energética e uso racional de energia elétrica, apresentadas pelos clientes de sua área de concessão.

A execução do Projeto permitiu ao IBAM adquirir experiência na iniciativa de modo a incentivar os Municípios na participação das CPPs das distribuidoras de energia elétrica locais, para a eliminação do desperdício encontrado nas diversas unidades consumidoras municipais, por meio dos projetos de eficiência energética.



BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO		PASSIVO			
	2018	2017	2018	2017	
CIRCULANTE	11.382.008,26	12.306.929,20	CIRCULANTE	5.522.736,26	6.658.612,25
CAIXA / BANCO C/ MOVIMENTO	795.655,14	1.108.325,08	FORNECEDORES	239.718,31	28.052,38
SALDOS BANCÁRIOS VINCULADOS	132,38	744.966,34	SALÁRIOS A PAGAR	253.447,16	277.077,72
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.129.645,72	4.531.165,08	ENCARGOS DIVERSOS A RECOLHER	97.290,27	94.258,39
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CTA VINCULADA	594.957,13	1.326.806,87	IR E OUTRAS RETENÇÕES A RECOLHER	249.484,30	334.193,96
CONTAS A RECEBER	4.100.689,26	4.260.549,32	CRÉDITOS VINCULADOS A PROJETOS	595.089,51	2.071.773,22
Convênios e Contratos	4.316.515,01	4.484.788,76	EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS	175.432,27	534.260,18
Créditos de Liquidação Duvidosa	(215.825,75)	(224.239,44)	PROVISÕES	3.912.274,44	3.318.996,40
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	28.000,00	28.000,00			
ESTOQUES	43.162,03	89.104,95			
DESPESAS ANTECIPADAS	68.537,75	48.011,56			
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	1.621.228,85	170.000,00			
NÃO CIRCULANTE	5.978.950,54	6.134.506,90	NÃO CIRCULANTE	-	-
INVESTIMENTOS	-	-			
IMOBILIZADO	5.978.950,54	6.134.506,90			
Imóveis, Equipam. e Instalações	6.559.639,08	6.559.639,08			
Móveis, Veículos e outras imobilizações	960.349,57	960.349,57	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.838.222,54	11.782.823,85
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(1.541.038,11)	(1.385.481,75)	PATRIMÔNIO SOCIAL	11.782.823,85	11.737.418,88
			AJUSTES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-
			SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	55.398,69	45.404,97
TOTAL DO ATIVO	17.360.958,80	18.441.436,10	TOTAL DO PASSIVO	17.360.958,80	18.441.436,10
COMPENSAÇÃO	37.176.857,06	30.603.934,55	COMPENSAÇÃO	37.176.857,06	30.603.934,55
SEGUROS	8.495.000,00	8.495.000,00	SEGUROS	8.495.000,00	8.495.000,00
CONSIGNAÇÕES	4.832,26	5.704,94	CONSIGNAÇÕES	4.832,26	5.704,94
CLIENTES / FATURAS	86.732,00	86.732,00	CLIENTES / FATURAS	86.732,00	86.732,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS	3.048.227,52	2.948.210,65	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS	3.048.227,52	2.948.210,65
PROJETOS EM EXECUÇÃO	25.542.065,28	19.068.286,96	PROJETOS EM EXECUÇÃO	25.542.065,28	19.068.286,96
TOTAL GERAL	54.537.815,86	49.045.370,65	TOTAL GERAL	54.537.815,86	49.045.370,65

Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador
CRC RJ 089614/0-0
CPF: 937.633.107-97

Paulo Timm
Superintendente Geral
RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ
CPF: 457.512.429-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(EM REAIS)

	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	44.340.215,52	37.720.289,62
Contratos e Outros	42.952.868,79	31.414.832,50
Convênios	1.356.949,31	6.086.350,01
Cursos e Seminários	30.397,42	219.107,11
CUSTOS DOS PROJETOS	(39.876.320,44)	(33.394.661,01)
Projetos Filantrópicos	(9.100.837,42)	(7.811.198,43)
Outros Projetos	(30.775.483,02)	(25.583.462,58)
SUPERÁVIT BRUTO	4.463.895,08	4.325.628,61
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	4.523.491,51	4.399.060,52
Diversas	59.596,43	73.431,91
DESPESAS OPERACIONAIS	(3.833.347,62)	(4.328.070,57)
Pessoal	(787.010,57)	(828.432,18)
Encargos Sociais e Trabalhistas	(591.365,55)	(622.490,05)
Benefícios	(572.121,71)	(525.421,43)
Serviços de Terceiros	(601.502,21)	(1.068.294,12)
Viagens Institucionais	(25.525,33)	(101.779,17)
Manutenção e Conservação	(113.255,48)	(102.959,53)
Despesas Gerais	(987.010,41)	(922.930,73)
Depreciação do Imobilizado	(155.556,36)	(155.763,36)
SUPERÁVIT OPERACIONAL	690.143,89	70.989,95
RESULTADO FINANCEIRO	(634.745,20)	(25.584,98)
Receita de aplicação financeira	188.465,74	500.370,74
Juros e Encargos	(491.265,10)	(359.452,76)
Tarifas bancárias - Concursos	(286.433,30)	(149.282,45)
Outras despesas financeiras	(45.512,54)	(17.220,51)
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	55.398,69	45.404,97

Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador
CRJ 089614/0-0
CPF: 937.633.107-97

Paulo Timm
Superintendente Geral
RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ
CPF: 457.512.429-04

